

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Hisrael Passarelli Araujo

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E MERCADO DE
TRABALHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Campos dos Goytacazes – RJ
2019

Hisrael Passarelli Araujo

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E MERCADO DE
TRABALHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joseane de Souza

Campos dos Goytacazes – RJ
2019

Hisrael Passarelli Araujo

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E MERCADO DE
TRABALHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Ojima

Prof^a. Dr^a. Denise Cunha Tavares Terra

Prof^a. Dr^a. Joseane de Souza
(Orientadora)

Campos dos Goytacazes – RJ
2019

*À minha mãe que se desdobrou como pôde para
que eu tivesse uma educação de qualidade.*

AGRADECIMENTOS

Em casa, aprendi que o conhecimento é algo que ninguém pode tirar de mim. Minha mãe me ensinou isso. Talvez seja uma característica comum a todas as mães, mas sempre escutei dela que eu era capaz de realizar todos os meus sonhos. Um deles era o de estudar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A concretização deste trabalho de conclusão do curso de Administração Pública pela UENF mostra que, no final das contas, ela tinha razão.

A UENF me ajudou a construir uma compreensão crítica do mundo e me fez abandonar aquela consciência ingênua da realidade. Por isso, agradeço a todos os profissionais da universidade que contribuíram de algum modo para minha formação acadêmica, em especial todos os meus professores que me ensinaram muito mais que um simples conteúdo ministrado em sala de aula.

Agradeço aos meus avós, pais e irmãos pelo apoio durante esses anos. Ao meu irmão Hemanoel, que esteve sempre ao meu lado desde o meu primeiro suspiro de vida. São muitos anos de companheirismo, de lutas e sonhos. Você faz parte dos melhores momentos da minha vida e, mesmo nos dias cinzas, sempre esteve ao meu lado. Minha gratidão por você é eterna.

À minha orientadora Joseane, meus agradecimentos mais sinceros por todos esses três anos que você me orientou durante a minha graduação. Você foi a minha mãe dentro da UENF. Me ensinou a dar os primeiros passos na pesquisa científica, sempre acreditou no meu potencial e ampliou meus horizontes através da Demografia. Serei eternamente grato a você por todas as lições aprendidas nesse intervalo de tempo.

Aos meus amigos e colegas de curso, em especial a Caroline Saboia e Pedro Grain pela parceria e pela cumplicidade durante toda a graduação. Ao meu veterano e grande amigo Alex Vasconcelos por ter me recebido tão bem no meu primeiro período da faculdade e por deixar os meus dias na universidade mais leves e engraçados. A todos os meus amigos do CAAP (Gestão Conexões e Gestão Cooperar) e da FENECAP, meus sinceros agradecimentos pelo tempo que passamos juntos e pela troca de experiências.

A quem não mencionei, mas esteve ao meu lado durante esse período, prometo reconhecer essa proximidade, ajuda e incentivo todos os dias da minha vida.

RESUMO

PASSARELLI-ARAÚJO, Hisrael. **Migrações internacionais contemporâneas e mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro**. Campos dos Goytacazes (RJ): UENF, 2019, 71p. Monografia (Bacharel em Administração Pública). Orientadora: prof^a. Dr^a. Joseane de Souza.

Resumo: As migrações internacionais têm levantado novos desafios para os países, impondo alterações no processo da mobilidade da mão de obra e nas interações espaciais entre as sociedades de origem e destino. O Estado do Rio de Janeiro despontou nas últimas décadas como região potencialmente atrativa de força de trabalho nacional e estrangeira em virtude da reestruturação e dinamização do seu mercado de trabalho. Sendo assim, esse trabalho busca analisar a mobilidade internacional no mercado de trabalho fluminense, abordando a dinâmica migratória na primeira década do século XXI, o perfil e a distribuição espacial da população estrangeira no Estado do Rio de Janeiro, segundo suas mesorregiões. Para tanto, foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 referentes à migração de última etapa. Complementarmente, objetiva-se introduzir a discussão sobre a inserção do imigrante internacional no circuito espacial do petróleo. Os resultados apontam para uma alteração no perfil do imigrante estrangeiro, estreitamente associada à expansão do setor de petróleo e gás no estado na última década, onde o município de Macaé se destaca como principal rota de destino dos imigrantes no interior do estado. Não se trata mais daquele trabalhador que vinha apenas para as lavouras e para a construção civil, mas de mão de obra qualificada que vem para assumir postos de trabalho nos diversos setores de atividade da economia fluminense.

Palavras-chave: Migração Internacional. Distribuição Espacial. Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Representação da assimilação do imigrante no mercado de trabalho (curva em formato de “U”) 24
- Figura 2.** Estrutura do mercado de trabalho e demanda da mão de obra imigrante 42
- Figura 3.** RIO DE JANEIRO: Distribuição espacial dos imigrantes internacionais recentes, segundo o município de destino (2001-2010) 47
- Figura 4.** RIO DE JANEIRO – Taxas de atividade dos imigrantes internacionais recentes, segundo sexo, grupo etário e mesorregião (2001-2010)..... 53
- Figura 5.** RIO DE JANEIRO – Rendimento da ocupação principal do imigrante internacional recente, segundo sexo e mesorregião (2001-2010)..... 55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Entrada de imigrantes internacionais no Brasil (1872-1972).....	29
Gráfico 2. BRASIL – Participação da migração da década, estrangeiros ou naturalizados, no total de imigrantes acumulados residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010.....	39
Gráfico 3. Percentual de imigrantes internacionais dos Estados de Guanabara e Rio de Janeiro (1872 - 1970).....	44
Gráfico 4. RIO DE JANEIRO: país de origem dos imigrantes internacionais recentes, segundo as mesorregiões (2001-2010)	49
Gráfico 5. RIO DE JANEIRO: Nível de escolaridade dos imigrantes estrangeiros recentes economicamente ativos, segundo mesorregião (2001-2010)	51
Gráfico 6. MACAÉ - País de residência anterior dos imigrantes internacionais recentes (2001-2010)	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. BRASIL - Imigrantes internacionais, segundo algumas nacionalidades principais (1872-1972).....	30
Tabela 2. BRASIL - População estrangeira e total (1900-2000).....	36
Tabela 3. BRASIL - Imigrantes internacionais, segundo a origem (1986-2000).....	38
Tabela 4. BRASIL – imigrantes internacionais com residência fixa no país, segundo Unidade da Federação (2010).....	46
Tabela 5. RIO DE JANEIRO: número e percentual de imigrantes residentes, segundo as mesorregiões do estado	48
Tabela 6. RIO DE JANEIRO – grupo de ocupação principal dos imigrantes internacionais da década, segundo sexo (2001-2010).....	54
Tabela 7. RIO DE JANEIRO – Posição na ocupação e categoria do emprego do imigrante internacional recente, segundo mesorregião (2001-2010)	55
Tabela 8. MACAÉ - Perfil do imigrante internacional recente, segundo sexo (2001-2010)..	62
Tabela 9. MACAÉ - Grupo de ocupação e setor de atividade dos imigrantes internacionais recentes (2001-2010).....	64

SUMÁRIO

1	MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: FENÔMENO DE MÚLTIPLOS OLHARES	13
1.1	Considerações teóricas sobre Migração Internacional.....	13
1.1.1	Abordagem Econômica das Migrações Internacionais	15
1.1.2	A base social do fenômeno migratório.....	19
1.2	A assimilação do imigrante no mercado de trabalho	22
2	O BRASIL NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	26
2.1	Trajetória das Migrações Internacionais no Brasil	26
2.2	A primeira onda das migrações internacionais (1850 – 1903)	28
2.3	A segunda onda de imigrantes (1904 – 1930).....	32
2.4	A terceira onda de imigrantes (1931 – 1953).....	33
2.5	Migração internacional no Brasil pós-crise de 1980.....	35
2.6	Migração internacional e mercado de trabalho brasileiro no início do século XXI	38
3	MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS NO RIO DE JANEIRO	43
3.1	O Rio de Janeiro no contexto das migrações internacionais	43
3.2	Imigrantes internacionais recentes.....	46
3.3	O imigrante internacional no mercado de trabalho fluminense.....	50
4	TENDÊNCIAS RECENTES DA MOBILIDADE INTERNACIONAL NO RIO DE JANEIRO.....	57
4.1	Imigração qualificada: o setor do petróleo na Bacia de Campos/RJ.....	57
4.2	Imigrantes internacionais em Macaé	59
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

A migração internacional contemporânea no Brasil tem ganhado crescente relevância no âmbito dos estudos populacionais no século XXI. Este fenômeno faz parte de uma redistribuição espacial da população por todo planeta e envolve uma ampla diversidade de grupos étnicos e culturais que ganharam maiores proporções na nova estrutura econômico-produtiva global (KOSER, 2010; PATARRA, 2005).

O fenômeno migratório pode ser compreendido através de duas dimensões analíticas, sintetizadas de maneira singular por Lima e Braga (2013): as pessoas e os lugares. Pensar em migração sob a perspectiva das pessoas nos permite avaliar as transformações nas características individuais do imigrante no transcorrer do tempo, tais como a escolaridade, rendimento, posição na ocupação, qualificação e inserção do profissional no mercado de trabalho, assim como analisar a ligação social que o migrante estabelece entre seu país de origem e a sociedade de destino (LIMA; BRAGA, 2013).

Por outro lado, os autores destacam a possibilidade de se analisar esse fenômeno a partir do estudo dos lugares. O território não se restringe a um simples receptáculo (Ibid., 2013), mas possui a capacidade de forjar sua própria identidade a partir da interação entre fatores físicos e humanos. Conforme elucidado pelos autores, torna-se fundamental investigar como cada território tem contribuído no conjunto das trocas populacionais, a fim de compreender as relações existentes entre as transformações no fenômeno migratório e a reordenação territorial em escala global.

No Brasil, O Estado do Rio de Janeiro é mundialmente conhecido por seus atributos geográficos, atrativos turísticos e pelo papel de centralidade econômica e política desempenhado na história brasileira. Ao lado de São Paulo, o Rio de Janeiro exerce considerável poder de atratividade de imigrantes internacionais, sendo rota de destino de 16,3% dos estrangeiros com residência fixa no Brasil, segundo dados do Censo Demográfico brasileiro de 2010.

A atratividade migratória do estado, além de associar-se ao capital simbólico do município do Rio de Janeiro, antiga capital do país e maior concentradora de população no estado, também reflete a expansão do setor de petróleo e gás no estado. O movimento de interiorização da indústria no final dos anos 1960 conduziu o estado a um processo de reestruturação socioespacial que, além de ter alterado a rede urbana estadual (SILVA, 2017),

também redefiniu os eixos de expansão urbana, sobretudo no que diz respeito à distribuição espacial dos imigrantes no território fluminense (SOUZA; FRUTUOZO, 2018).

Com base no contexto socioeconômico nacional e internacional no qual está inserido o Rio de Janeiro, este trabalho busca analisar as migrações internacionais contemporâneas no estado e a inserção dos imigrantes estrangeiros no mercado de trabalho fluminense à luz das duas dimensões analíticas (indivíduo e território) citadas anteriormente. Assim, analisaremos, a partir do Censo Demográfico de 2010, a dinâmica migratória internacional da década de 2000, o perfil e a distribuição espacial da população estrangeira segundo as seis mesorregiões do estado, a saber: Noroeste, Norte, Centro, Baixada Litorânea, Sul e Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Para tanto, este trabalho monográfico está estruturado em quatro capítulos. O primeiro abordará os múltiplos olhares da migração internacional e como este fenômeno tem sido apreendido pelos teóricos da migração em seus estudos contemporâneos. O segundo propõe uma reconstrução sistemática da trajetória das migrações internacionais no Brasil, como forma de compreender como as trocas populacionais entre países foram tecidas ao longo dos anos. O terceiro capítulo discorre especificamente sobre a migração internacional no estado do Rio de Janeiro, abordando a dinâmica recente das migrações, o perfil e a distribuição espacial da população estrangeira no Estado do Rio de Janeiro, segundo suas mesorregiões, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. No quarto, analisa-se a influência do setor de petróleo e gás na seletividade do perfil do imigrante internacional recente, trazendo à discussão o caso específico do município de Macaé. Por fim, são trazidas as considerações finais e as referências utilizadas para a elaboração deste trabalho. Destacamos que todos os procedimentos metodológicos empregados serão descritos, sempre que necessário, em seus respectivos capítulos.

1 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: FENÔMENO DE MÚLTIPLOS OLHARES

Neste capítulo serão abordados os múltiplos olhares da migração internacional e como este fenômeno tem sido apreendido pelos teóricos da migração em seus estudos contemporâneos. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa. O aporte teórico aqui abordado subsidiará a análise e discussão dos resultados apresentados nos capítulos posteriores, servindo como importante ferramenta para a investigação proposta no presente trabalho.

O capítulo está dividido em dois tópicos. No primeiro deles é feita uma revisão da teoria das migrações internacionais, com o propósito de explicitarmos seus determinantes, na perspectiva de diversos autores, bem como apontarmos os desafios e limitações da produção teórica ao longo das décadas. No segundo tópico discutiremos a assimilação do imigrante no mercado de trabalho internacional, apontando os principais desafios, tensões e conflitos quanto à transferência do migrante para outro mercado de trabalho fora de sua pátria.

1.1 Considerações teóricas sobre Migração Internacional

Em todas as épocas, as migrações internacionais levantaram desafios para os países, para as sociedades locais ou regionais, configurando-se de forma quantitativa e qualitativamente diferenciada em cada contexto histórico (MARINUCCI; MILESI, 2010). A complexidade do fenômeno migratório contemporâneo não deve traduzir a ideia de que migração seja algo novo. Isso porque os seres humanos sempre se moveram em busca de novas oportunidades, seja por melhores condições de vida ou para escapar da pobreza, guerras ou desastres ambientais. Por estes e outros motivos a migração é considerada um fenômeno tão antigo quanto a própria humanidade (MASSEY et al., 1998).

Em virtude da complexidade do fenômeno migratório, uma variedade de modelos teóricos tem surgido com o propósito de explicar as causas e consequências destes deslocamentos populacionais entre diferentes países, empregando diferentes conceitos, suposições e quadros de referência. Massey *et al* (1993) sustentam que temos, no atual panorama, um conjunto fragmentado de teorias desenvolvidas de forma isolada e segmentadas por fronteiras disciplinares. Os autores também ressaltam que a compreensão plena dos processos migratórios contemporâneos só é possível a partir de diferentes olhares interdisciplinares que contemplem uma variedade de perspectivas, níveis e hipóteses em vez de

contar com ferramentas de uma única disciplina ou contentar-se apenas com um nível de análise.

Antes de avançarmos na discussão sobre os múltiplos olhares e determinantes das migrações internacionais, torna-se imperativo conceituar o que é migração, mesmo reconhecendo que sua definição apresente variações que podem ser tão amplas ao ponto de incluir todas as formas de mobilidade ou tão restritas a ponto de excluir a compreensão de determinados movimentos (NOLASCO, 2016).

Lee (1966, p.49) define migração como “uma mudança de residência permanente ou semipermanente”. Nesta definição, o autor não considera a distância do movimento, sua natureza (voluntária ou involuntária), assim como nenhuma distinção é feita entre pessoas que se mudam para outra residência dentro do seu próprio bairro ou quando escolhem viver em outro país. Por ser uma definição geral, o conceito trazido pelo autor orienta, mas não satisfaz plenamente o que é entendido por migração neste trabalho. Mesmo assim, Lee (1966) traz implicitamente dois elementos fundamentais para a compreensão deste fenômeno: o espaço e tempo.

As Nações Unidas (1970) também assumem essas duas dimensões conceituais, definindo a migração como o deslocamento de uma área para outra, realizado durante determinado intervalo de tempo e que implique uma mudança de residência. Por se tratar de um fenômeno simultaneamente espacial e temporal, existe uma imprecisão destas definições na medida em que ainda não há um consenso em relação ao espaço mínimo a ser percorrido, nem à duração da permanência no destino, tampouco às consequências sociais causadas para que o movimento possa ou não ser considerado como migratório (NOLASCO, 2016).

O fato é que as migrações internacionais contemporâneas trazem consigo novos significados que surgem a partir de novos padrões migratórios como o aumento da circularidade de profissionais entre países distintos que chegam e partem em intervalos de tempo cada vez mais breves, a pulverização da migração no território (LIMA; BRAGA, 2013) e novas urbanidades disponíveis para os movimentos.

De todo modo, assumiremos, por ora, o conceito trazido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que define a imigração internacional como o ato de entrar em outro país para nele morar. Para efeitos deste estudo, consideraremos como imigrantes internacionais todos os indivíduos que nasceram fora do Brasil e que obtiveram ou não a nacionalidade por

meio de título de naturalização, valendo-se de disposição da legislação brasileira. Tendo delimitado o que entendemos por migração, analisaremos como as principais teorias contemporâneas de migração internacional buscam explicar os fatores determinantes deste fenômeno multifacetado à luz de autores clássicos e contemporâneos.

1.1.1 Abordagem Econômica das Migrações Internacionais

A relação entre o mercado de trabalho e migração tem sido constantemente considerada nas teorias sobre os determinantes dos movimentos migratórios internacionais. No âmbito desta abordagem, a economia neoclássica e a “nova economia da migração” buscam explicar os fatores que levam o indivíduo a migrar, do ponto de vista econômico, e apresentam diferenças teóricas entre a relação do migrante com o mercado de trabalho.

A perspectiva neoclássica enfatiza que a migração internacional de trabalhadores é causada pelas diferenças de taxas salariais entre países e geralmente concebe o movimento como uma decisão para a maximização da renda (MASSEY et al., 1993). Esta abordagem divide-se basicamente em dois níveis teóricos: a macro e microteorias neoclássicas.

A macroteoria neoclássica, uma das mais antigas e conhecidas teorias de migração internacional, foi desenvolvida originalmente para explicar a migração por motivo de trabalho no processo de desenvolvimento econômico (Ibid.,1993). Dentre os principais trabalhos destinados à compreensão dos movimentos migratórios à luz desta teoria, encontra-se o modelo econômico empreendido por Harris e Todaro (1970).

O pressuposto trazido pelo modelo econômico desenvolvido por Harris e Todaro (1970) mostra que a decisão de migrar está baseada nos diferenciais de renda esperados, não se restringindo apenas aos diferenciais de salário. Isso implica que os migrantes rurais, ao se dirigirem do campo para a cidade a fim de obter uma renda esperada maior que a que ele obteria se permanecesse no campo, se comportam como “maximizadores da utilidade esperada” (HARRIS; TODARO, 1970, p. 127). A migração, portanto, varia diretamente com a probabilidade do imigrante encontrar um emprego (TODARO, 1969).

Desse modo, a macroteoria neoclássica sustenta que a migração internacional é causada por desigualdades geográficas na oferta e demanda por trabalho entre países. Desigualdades manifestadas pelas diferenças nas taxas salariais: países com excedente de mão de obra

disponível respondem com baixos salários, contrapondo-se àqueles que apresentam uma escassa força de trabalho que, em relação ao capital, respondem com altos salários (HARRIS; TODARO, 1970). Portanto, a migração passa a ser resultante do deslocamento da população residente em países com baixos salários (ou excesso de mão de obra) para aqueles com altos salários (ou escassez de mão de obra). Os diferenciais internacionais de salário passam a refletir somente os custos monetários e psíquicos do deslocamento (SOARES, 2002a). Os mercados de trabalho são os principais mecanismos pelos quais os fluxos migratórios internacionais são induzidos; outros tipos de mercados – como financeiro, por exemplo – não têm efeitos importantes sobre a migração internacional. O Estado pode controlar os fluxos migratórios via legislação e/ou através da regulação ou influência nos mercados de trabalho dos países inseridos no circuito migratório (MASSEY et al., 1993).

Além da teoria macro, a economia neoclássica apresenta também a visão micro sobre os determinantes da migração. Na perspectiva micro, os indivíduos racionais e maximizadores de utilidade decidem migrar com base no cálculo de custo-benefício (geralmente monetário) deste movimento por eles realizado (SJAASTAD, 1962). A taxa de emprego, além das diferenças salariais é levada em consideração pelo indivíduo. As pessoas decidem migrar para onde podem ser mais produtivas, dadas as habilidades que carregam consigo; mas antes de captarem maiores salários, devem dispor de recursos para arcar com os custos materiais da viagem e para investir na aprendizagem de uma nova língua e cultura (MASSEY et al., 1990). Em suma, a migração internacional é entendida por essa vertente teórica como o somatório de movimentos individuais; uma forma de investimento em capital humano; e a decisão de migrar depende da estrutura do mercado de trabalho e das políticas tributárias adotadas pelo Estado tanto no país de origem como o de destino (SJAASTAD, 1962).

A perspectiva neoclássica, em seus níveis macro e micro, não está isenta de limitações. Portes (1995) questiona a ênfase dada à ação racional pelos neoclássicos, em virtude desses autores não considerarem a ação econômica como sendo socialmente orientada (Ibid., 1995, p. 4). A afirmação revela que a busca por ganhos materiais também está relacionada às expectativas de reciprocidade entre o imigrante e a comunidade de destino no interior do seu grupo social (SASAKI; ASSIS, 2000). As autoras apontam que as críticas feitas por Portes (1995) sugerem que os migrantes não devem ser vistos apenas como indivíduos, mas como “integrantes de estruturas sociais que afetam os múltiplos caminhos de sua mobilidade espacial e socioeconômica” (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 6).

Nas últimas décadas os “novos economistas” trouxeram transformações significativas no campo de pesquisa sobre migração de mão de obra, desafiando as teorias neoclássicas (STARK; BLOOM, 1985). Os autores ressaltam que esta vertente ampliou o nível teórico ao expandir o domínio das variáveis que influenciam e são influenciadas pelas decisões de oferta de mão de obra; identificou novas ligações entre os determinantes de migração que vão além da simples compreensão desse fenômeno voltado somente ao mercado de trabalho; e contribuiu para a compreensão dos processos de desenvolvimento econômico.

O ponto-chave da abordagem trazida pela “nova economia”, é que as decisões de migração nem sempre são tomadas por atores individuais de forma isolada, mas por unidades maiores de pessoas relacionadas – tipicamente famílias ou agregados domiciliares – nas quais “as pessoas agem coletivamente, não apenas para maximizar a renda esperada, mas também para minimizar e evitar os constrangimentos associados a uma variedade de falhas de mercado, além daquelas no mercado de trabalho” (MASSEY et al., 1993, p. 436).

Embora a teoria neoclássica e a nova economia da migração conduzam a diferentes conclusões sobre as origens e a natureza da migração internacional, ambas concentram a decisão de migrar em nível micro. Lima (1980) destaca que uma das grandes lacunas deixadas pelos modelos da teoria neoclássica foi não considerar o problema da heterogeneidade da mão de obra, tais como a escolaridade, gênero, raça e até a própria segmentação da empresa como fatores que influenciam a mobilidade humana e sua inserção no mercado de trabalho – o que deu margem à formulação de novas teorias empenhadas em explicar o fenômeno migratório.

A teoria do capital humano, por exemplo, parte do pressuposto de que o rendimento varia diretamente com o nível de escolaridade do indivíduo. Ainda nesta perspectiva, o Estado deveria exercer o papel de estimular a entrada e a permanência de imigrantes mais qualificados, a fim de tornar o sistema econômico nacional mais produtivo (LIMA, 1980). Sendo assim, quanto maior for o grau de escolarização do migrante, maior sua habilidade e maior sua produtividade – o que reflete em maiores rendas e em maiores vantagens para o Estado que o está atraindo. Entretanto, nos anos finais da década de 1960 a intensidade das críticas à teoria do capital humano tomou maiores proporções devido ao seu teor simplista que começou a ser contestado por não considerar também as habilidades cognitivas do migrante (Ibid., 1980). As críticas abriram caminho para o surgimento, na década de 1970, de uma nova teoria que se estabeleceu como maneira alternativa de explicar a determinação de salários e a mobilidade por trabalho: a teoria do mercado de trabalho dual ou segmentado.

Piore (1979) foi um dos principais precursores da teoria do mercado de trabalho dual – teoria que surgiu na década de 1970 como forma alternativa de explicar a determinação de salários e a migração por motivo trabalho. Segundo o autor, a migração internacional é causada por uma demanda permanente de mão de obra imigrante – que é intimamente ligada à estrutura econômica da nação desenvolvida – e que a escolha desta mão de obra envolve também as características socioeconômicas do imigrante. Nesta abordagem, as variações salariais refletem também o status social ocupado pelo imigrante. Em períodos de escassez mão de obra, os empregadores possuem forte incentivo em buscar força de trabalho estrangeira que aceite baixos salários e não se sentem incomodados com o baixo status e desprestígio ao ocupar um cargo de baixa qualificação.

Souza (1978), Lima (1980) e Soares (2002) demonstram, em linhas gerais, que a teoria do mercado de trabalho dual estabelece que existam dois mercados paralelos. O primeiro, denominado como primário, apresenta empregos estáveis, alta produtividade, altos salários, empregos mais seguros e possibilidade de melhoria ocupacional, sendo geralmente destinado aos trabalhadores nativos. Por outro lado, o mercado secundário – destinado aos imigrantes, juntamente com as minorias étnicas e mulheres – apresenta o comportamento oposto ao descrito acima, como baixos salários, alta rotatividade, pouco treinamento e baixo uso de tecnologia, ocorrendo, portanto, uma demanda permanente por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação. Cabe destacar que nessa abordagem os imigrantes não concorreriam com os nativos pelo emprego, uma vez que o mercado já apresenta destinação específica para ambos os grupos (SASAKI; ASSIS, 2000).

Qualquer que seja a origem do imigrante, as barreiras existentes no mercado de trabalho do país de destino coíbem a mobilidade dos trabalhadores entre os segmentos primário e secundário. Souza (1978, p.62) aponta que

os empregos do setor primário independente não podem ser preenchidos pelos trabalhadores somente por maior experiência, ou melhor, desempenho na função, uma vez que são qualitativamente diferentes, e os trabalhadores também deverão possuir características diferentes para passar de um segmento para o outro.

Mesmo assim, no âmbito do mercado de trabalho, os imigrantes pouco qualificados seriam acusados de subtrair os empregos dos nativos e rebaixar os salários das regiões ou cidades onde se concentram (SASAKI; ASSIS, 2000). Por esse motivo, os precursores dessa

vertente teórica defendiam que as políticas migratórias deveriam priorizar a entrada de força de trabalho qualificada, a fim de elevar a produção do seu sistema econômico (Ibid., 2000)

A migração internacional sob a abordagem econômica revela a importância de se considerar os deslocamentos por motivos monetários de um país para o outro. A teoria *neoclássica* e a *nova economia* tentam explicar, por diferentes prismas, que os indivíduos se movem em busca de melhores condições financeiras ou então para quebrar o círculo da pobreza, seja no âmbito individual ou familiar.

O motivo econômico, relacionado a novas possibilidades de emprego é um dos principais determinantes dos movimentos migratórios (RAVENSTEIN, 1885), mas não o único. Ignorar os fatores sociais, psicológicos, religiosos ou de qualquer outra natureza é incorrer em uma limitação analítica ao estudo das migrações internacionais. Como sugerem Sasaki e Assis (2000), os imigrantes são indivíduos socialmente conectados – tanto no país de origem como no país de acolhida – e por isso a análise não deve se restringir aos aspectos econômicos.

1.1.2 A base social do fenômeno migratório

A migração não é simplesmente um movimento de indivíduos em busca de novas oportunidades econômicas, mas um movimento organizado baseado em arranjos sociais e econômicos em nível local e nacional (BRYAN, 1974). Sob a ótica destes novos arranjos, Massey et al (1993) apontam para uma obra específica que fez com que uma variedade de teóricos ligasse as origens da migração internacional não somente à bifurcação do mercado de trabalho dentro das próprias economias nacionais, mas à estrutura do mercado mundial: *O Sistema Mundial Moderno* de Wallerstein (1974) – sendo este um dos trabalhos que deram origem à teoria dos sistemas mundiais. Por sistema mundial, o autor entende como

um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodela-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida em que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros (WALLERSTEIN, 1974, p. 337)

O trabalho desenvolvido pelo autor parte do conceito de divisão internacional do trabalho, produzida pela estrutura capitalista (MARTINS, 2015). Nesta abordagem, Massey et

al (1993, p.445) apontam que “a penetração das relações econômicas capitalistas em sociedades periféricas e não capitalistas cria uma população móvel propensa a migrar para o exterior”.

Segundo a teoria dos sistemas mundiais, a migração é uma consequência natural de rupturas e deslocamentos que inevitavelmente ocorrem no processo de desenvolvimento capitalista; a penetração da economia global em regiões periféricas funciona como um “catalisador” para a migração internacional, ou seja, estimula ainda mais estes deslocamentos (MASSEY et al., 1993, p.447). A migração internacional é especialmente provável entre as potências coloniais do passado e suas ex-colônias, em virtude dos laços culturais, linguísticos, administrativos e de investimentos em transporte e comunicação que foram previamente estabelecidos, levando a formação de mercados transnacionais e sistemas culturais específicos. Nessa teoria em questão, a migração internacional pouco tem a ver com as diferenças de salários entre países, mas decorre da dinâmica de criação de mercado e da estrutura da economia global (Ibid., 1993).

Um ponto-chave para a compreensão da base social do fenômeno migratório é considerar a ligação social que o migrante estabelece entre os países de origem e de acolhida. No âmbito da teoria das redes sociais, Massey *et al* (1990 e 1993) ressaltam que os laços sociais que ligam as comunidades de origem a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras adquirem novos significados e funções. Esses vínculos ligam os migrantes e nativos em uma complexa rede de papéis sociais, em que os relacionamentos são mantidos por um conjunto de expectativas mútuas.

Os laços sociais não são diretamente criados pelo processo migratório, mas sim adaptados a ele e reforçados pela experiência comum da própria migração no transcorrer do tempo. Essas redes não se restringem aos indivíduos nem famílias, mas se referem ao conjunto de pessoas ligadas por relações de amizade, parentesco ou de trabalho. Eventualmente, esses entendimentos se cristalizam em um “conjunto de inter-relações que definem a rede de migrantes” (MASSEY et al., 1990, p. 140).

As redes sociais aumentam a chance de migração internacional porque reduzem os custos (monetários e não monetários) de se migrar, assim como constituem uma forma de capital social que as pessoas podem utilizar para facilitar o acesso a empregadores estrangeiros (MASSEY et al., 1993). Ademais, a teoria das redes sociais pode ser sintetizada nos seguintes pontos (ibid., 1993, p.450):

- ✓ Uma vez iniciada, a migração internacional tende a se expandir com o tempo até que as conexões de rede se difundam tão amplamente em uma região de envio que todas as pessoas que desejam migrar podem fazê-lo sem dificuldade; então a migração começa a desacelerar;
- ✓ O tamanho do fluxo migratório entre dois países não está fortemente correlacionado com diferenças salariais ou taxas de emprego, porque quaisquer efeitos que essas variáveis tenham na promoção ou inibição da migração são progressivamente ofuscados pela queda dos custos e riscos decorrentes do crescimento das redes de migrantes ao longo do tempo;
- ✓ À medida que a migração internacional se torna institucionalizada através da formação e elaboração de redes, ela se torna progressivamente independente dos fatores que foram originalmente causados por ela, sejam eles estruturais ou individuais;
- ✓ À medida que as redes se expandem e os custos e riscos da migração caem, o fluxo se torna menos seletivo em termos socioeconômicos e mais representativo da comunidade ou sociedade de origem;
- ✓ Os governos podem esperar ter grande dificuldade em controlar os fluxos depois de terem começado, porque o processo de formação da rede está em grande parte fora de seu controle e ocorre independentemente do regime de política adotado;

A crescente institucionalização destes laços sociais produziu novas hipóteses bastante distintas das apresentadas pelos modelos de decisão a nível micro. Esta teoria aponta que o fluxo internacional de imigrantes torna-se cada vez mais institucionalizado e independente de fatores que originalmente o causaram na medida em que as organizações se desenvolvem para apoiar e promover o movimento internacional. Regular o processo de institucionalização não é uma tarefa fácil para o governo: criar políticas de imigração após os fluxos terem se intensificado serve apenas para a instauração de um mercado clandestino, além de sofrer enfrentamentos de grupos humanitários (MASSEY et al., 1993).

Embora a base social das migrações internacionais seja composta por uma gama de teorias que não foram citadas neste trabalho, a apreciação destas proposições nos possibilita construir um campo analítico sobre a importância de considerar os sistemas mundiais e os laços sociais, aliados à abordagem econômica, para a compreensão de um fenômeno tão complexo que são as migrações internacionais.

1.2 A assimilação do imigrante no mercado de trabalho

Aliada à abordagem econômica e social, encontra-se outra elucidação teórica voltada a compreender este fenômeno de múltiplos olhares: a assimilação do imigrante, ou seja, os meios, mecanismos e políticas públicas que proporcionem a adaptação e incorporação do imigrante nas sociedades de destino (MASSEY et al., 1998).

Skerry (2004) ressalta que a assimilação desdobra-se em pelo menos três dimensões diferentes: a econômica, social e política e que, ao longo da história, diferentes grupos de imigrantes seguiram caminhos distintos para a assimilação.

Borjas (2004, p.199) discorre sobre a dimensão econômica da assimilação do imigrante no mercado de trabalho no país de destino e aponta para um dos aspectos mais importantes desta dimensão: o estreitamento da “janela de oportunidades” entre imigrantes e nativos. Ao analisar o caso específico dos Estados Unidos, o autor sugere que os imigrantes do país entram com habilidades substancialmente inferiores do que a população nativa e, portanto, enfrentam uma desvantagem significativa nas oportunidades de emprego.

A inserção dos imigrantes e sua assimilação no mercado de trabalho na sociedade de destino nem sempre constitui uma tarefa fácil. Isso porque as habilidades que eles possuem podem não ser perfeitamente transferíveis entre países (CHISWICK; LEE; MILLER, 2002). Como exemplo, os autores consideram três tipos de ocupações de alto nível para justificarem a afirmativa anterior: economista, médico e advogado. Eles demonstram que:

as habilidades específicas do país, para o economista, podem incluir a linguagem e estilo de prática. O médico, por sua vez, tem menos habilidades transferíveis porque, além da linguagem e estilo de prática, os requisitos de licença médica proíbem a prática de medicina até depois de adquirir uma licença específica para o destino. As habilidades dos advogados são ainda menos transferíveis entre os países porque, além dos pontos citados acima, o sistema legal (diferentemente da teoria econômica e do corpo humano) varia muito de país para país (CHISWICK; LEE; MILLER, 2002, p. 6).

Ainda que o imigrante possua alguma formação específica, a transferência de habilidades nem sempre o possibilitará manter o mesmo status no mercado de trabalho que tinha em seu país de origem. Isso porque “o imigrante somente existe aos olhos do estado nacional no dia que atravessa as suas fronteiras. Tudo o que antecede a essa existência é desconhecido, inclusive a sua formação técnica e os seus diplomas” (CAVALCANTI, 2015, p. 39).

Por conta disso, boa parte dos imigrantes com destino a outros países está sujeita a assumir postos de trabalho que exigem menor qualificação profissional e que são geralmente evitados pelos nativos, sobretudo nos países desenvolvidos. Nestes países, os trabalhos de baixa remuneração, baixo status e pouca segurança são dominados por trabalhadores imigrantes (KOSER, 2010). O autor demonstra que esses trabalhos são frequentemente descritos como “trabalhos 3D¹” – trabalhos pouco remunerados, com baixo status e perigosos – e geralmente apresentam a combinação dessas três características. Koser (2010) também ressalta grande parte dos imigrantes que trabalham em setores com estas características são indocumentados ou estão em situação irregular. Mais do que outros, estes estão dispostos a trabalhar por salários muito baixos e em condições inseguras.

Como mostrado, ao adentrar em um novo país o imigrante está sujeito a presenciar um declínio no status de emprego que antes tinha em seu país de origem. Após a imigração, no entanto, os imigrantes fazem investimentos (implícitos e explícitos) que complementam as habilidades que trazem consigo para que os mesmos consigam maximizar a capacidade de transferências para o país de destino – e isso inclui aprender o idioma nativo, aderir às normas do novo local de trabalho e eventualmente transferir-se para áreas economicamente ativas no país de destino (BORJAS, 2004; CHISWICK; LEE; MILLER, 2002).

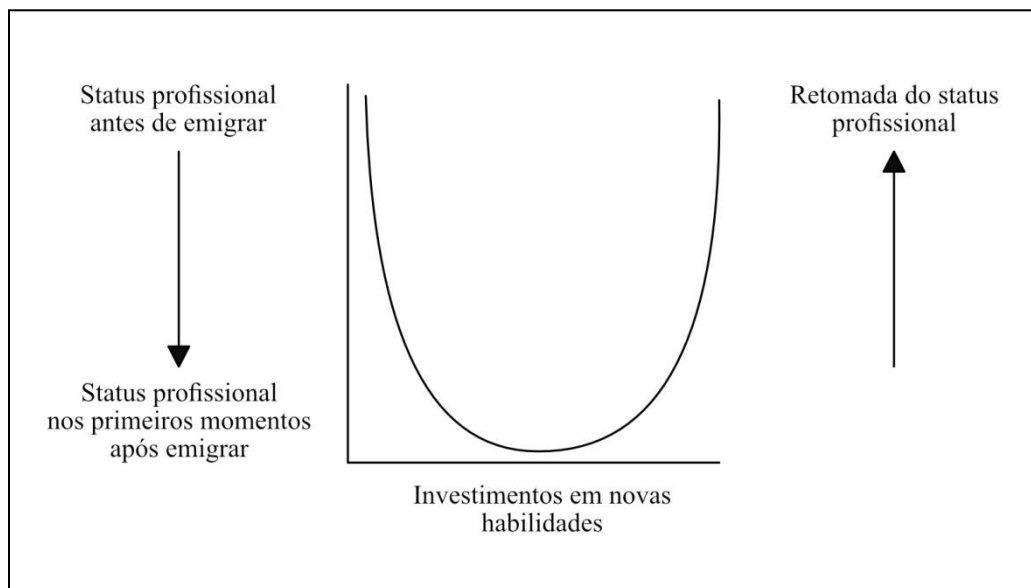
Esse declínio de status acompanhado ao esforço empenhado pelo migrante em maximizar a transferência de habilidades para o país de destino pode ser descrito como um padrão em formato de “U” (CHISWICK; LEE; MILLER, 2002). Quando as habilidades são altamente transferíveis, os imigrantes terão um “U” superficial. Os imigrantes pouco qualificados – que dificilmente farão grandes investimentos em habilidades no país de destino – também terão pouco ou nenhum declínio em seu status ocupacional, uma vez que não possuem habilidades a serem transferidas em nível satisfatório, portanto, pouco ou nenhum aumento subsequente, como demonstrado na figura 1 (Ibid., 2002).

Por outro lado, os autores demonstram que os imigrantes refugiados ou indocumentados terão um declínio mais acentuado que o primeiro grupo de imigrantes em seu status ocupacional e terão uma melhora mais significativa ao fazerem investimentos que aumentem a capacidade de transferência de habilidades (e isso inclui aprender a língua nativa e se adaptar aos costumes do país de destino). Em virtude das desvantagens ligadas à experiência e motivações dos refugiados ou indocumentados, a distância entre eles e os imigrantes do primeiro grupo

¹ Do inglês *dirty, dangerous, or difficult*.

diminuiria, mas nunca se fecharia. Por isso, este segundo grupo teria um “U” mais profundo que os imigrantes econômicos (CHISWICK; LEE; MILLER, 2002, p. 8). Para que os imigrantes consigam alcançar o mesmo status, ou até mesmo uma aproximação do que era antes, Cavalcanti (2015) destaca o importante papel das políticas públicas para que eles possam ter mobilidade social ascendente em relação à posição antes ocupada na sociedade de origem.

Figura 1. Representação da assimilação do imigrante no mercado de trabalho (curva em formato de “U”)



Fonte: elaboração própria a partir de Chiswick, Lee e Miller (2002).

Há um importante elo entre a assimilação econômica e as questões culturais no debate sobre migração. Borjas (2004) ressalta que para experimentar a assimilação econômica o imigrante deve adquirir habilidades valiosas no mercado de trabalho do país de destino, como as que já foram anteriormente mencionadas. Conseqüentemente, cada um destes atos contribui para o enfraquecimento do vínculo entre o passado estrangeiro do imigrante e seu futuro no país de acolhida (Ibid., 2004).

Ao analisar o caso específico das migrações nos Estados Unidos, Portes (2004) destaca que muitos imigrantes encorajavam seus filhos a esquecerem suas línguas nativas como meio de se assimilarem por completo à nova pátria nos idos século passado. Entretanto, o autor observa que raros são os imigrantes que atualmente adotam essa postura. Em suas palavras:

a retenção das línguas parentais juntamente com o inglês é preferida, não porque os pais resistam à integração de seus filhos na sociedade americana, mas porque

identificaram uma maneira melhor de atingir essa meta. Ao contrário da geração anterior de imigrantes, a aculturação completa, ou “americanização”, não é mais percebida como um resultado desejável. Em vez disso, ela é vista com desconfiança como um processo capaz de criar uma barreira entre pais e filhos e atrapalhar as crianças do trabalho árduo e do desempenho acadêmico necessário para o sucesso (PORTES, 2004, p. 162)

Assimilação econômica e assimilação cultural andam juntas e sempre que houver maior assimilação de um tipo, haverá de outro (BORJAS, 2004). Os imigrantes atualmente, mesmo estando inseridos no mercado de trabalho, mantêm laços muito mais fortes com a sua pátria e o seu povo (GLAZER, 2004). O pensamento de todos os autores aqui abordados converge a um único ponto: a assimilação ainda funciona, mas hoje se expressa de diferentes maneiras. Glazer (2004, p. 74) por fim, aponta que “os imigrantes continuam se identificando com o velho país, suas instituições e sua política. Mas isso não é necessariamente motivo de remorso – pois eles também forjam uma identidade com sua nova pátria”.

2 O BRASIL NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo visa discutir os movimentos migratórios de estrangeiros para o Brasil e sua integração com o mercado de trabalho ao longo dos anos. Para tanto, realizamos uma revisão sistemática da literatura acerca das migrações internacionais no Brasil desde o período colonial até os idos dos anos 2000.

O capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro abordará a trajetória das migrações internacionais no Brasil, discutindo brevemente a transição da imigração de mão de obra escrava para a livre imigração estrangeira no país, segundo as três principais ondas migratórias após a proibição do tráfico internacional de escravos para o Brasil. No segundo momento, discutiremos as migrações internacionais pós-crise de 1980 e se o Brasil se caracteriza como um país de imigração ou de emigração. Por fim, no último tópico analisaremos as migrações internacionais na primeira década do século XXI e a inserção do imigrante no mercado de trabalho brasileiro.

2.1 Trajetória das Migrações Internacionais no Brasil

A chegada oficial da frota conduzida por Pedro Álvares Cabral no território brasileiro em 1500 marcou o início de um processo diferenciado de colonização como também foi a porta de entrada para as migrações internacionais no Brasil. Ao saírem da embarcação, os primeiros imigrantes portugueses se depararam com uma população nativa difícil de ser estimada pela carência de dados empíricos referentes ao período pré-colonial. De todo modo, Ribeiro (1995) estima que a população indígena total girava em torno de 5 milhões de nativos antes de sua integração com os portugueses.

A presença de imigrantes europeus em solos brasileiros foi repleta de conflitos. Além do choque cultural entre imigrantes e os nativos devido aos diferentes costumes entre os dois povos, a assimilação cultural imposta pelos portugueses aos indígenas provocou um grande desequilíbrio social e identitário entre a população nativa que ali residia.

Como destacado por Holanda (1995, p.49) “o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”. Os esforços por eles empenhados para utilização de mão obra nativa foi uma tarefa árdua. Isso porque os nativos escapavam constantemente dos colonizadores portugueses e dificilmente eram

encontrados, já que conheciam perfeitamente as matas e os caminhos que os cercavam (FREYRE, 2003). Quando encontrados, eram novamente forçados ao trabalho nas fazendas.

Aliado ao problema das constantes fugas, os indígenas não constituíam o contingente necessário para suprir a demanda por mão de obra nas lavouras canavieiras. Foi também neste período que a história registra o extermínio de um número considerável de aborígenes que não somente foram forçados à assimilação cultural europeia como também “assimilaram” as doenças que assolavam a Europa e foram trazidas pelos portugueses no período colonial.

A experiência que os imigrantes portugueses tinham na exploração de açúcar – atrelada aos bons preços deste bem na Europa – abriu portas para que a colônia brasileira gerasse o retorno esperado para a metrópole portuguesa. Aumentar a capacidade produtiva exigia também um aumento da mão de obra disponível. A frustração da força de trabalho indígena estimulou o tráfico forçado de escravos de origem africana que passariam a constituir, neste momento, fator obrigatório no desempenho dos latifúndios coloniais (HOLANDA, 1995).

A migração africana forçada estimulou o desenvolvimento econômico da colônia e também exerceu papel fundamental na formação social e cultural brasileira. As migrações internacionais para o Brasil, restritas ao fluxo de escravos, foram proibidas pelo governo português como forma de proteger sua colônia de outros possíveis colonizadores como a França e Holanda, por exemplo. Esta restrição perdurou até 1808, ano em que a família real portuguesa emigrou de sua pátria para escapar de Napoleão. Somente após este episódio o Brasil abriu seus portos para o comércio internacional e permitiu a entrada de imigrantes europeus não portugueses e sua fixação de residência no território brasileiro (AMARAL; FUSCO, 2005).

Em 1850, com a instauração da lei que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, o país presenciou uma queda da mão de obra disponível no país – mesmo tendo sido responsável pelo fluxo compreendido entre três e seis milhões de imigrantes africanos que foram forçados a deixar seu país de origem para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar e nos engenhos. Entretanto, apesar da pressão da Inglaterra, o comércio interno de escravos se arrastou por mais alguns anos por razões econômicas. Foi somente em 1888 que a escravidão foi de fato abolida, tornando o Brasil o último país do ocidente a fazê-lo (Ibid., 2005).

O fim do tráfico internacional de escravos trouxe três ondas imigratórias distintas de trabalhadores livres para o Brasil. Cada uma delas trouxe imigrantes de diferentes países e com motivações variadas e foram decisivas para a constituição do mercado de trabalho e a própria

formação econômico-social da nação. Embora não exista uma data específica para o início e término das ondas imigratórias, consideraremos aqui uma aproximação do intervalo de tempo descrito por Amaral e Fusco (2005) e Levy (1974) como forma de analisarmos o papel das migrações internacionais no Brasil em seus diferentes períodos históricos.

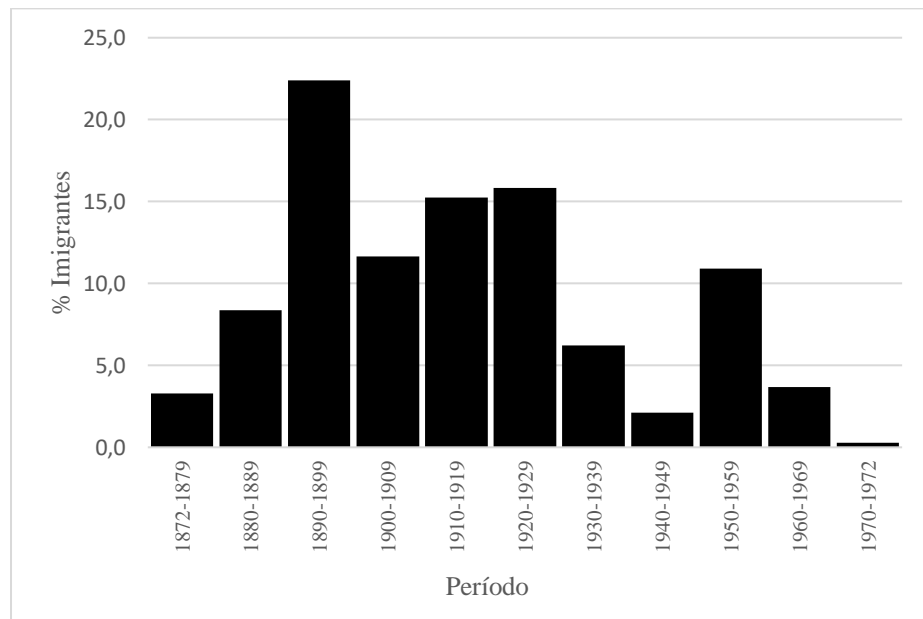
2.2 A primeira onda das migrações internacionais (1850 – 1903)

Analisar a migração internacional para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX e começo do XX exige que alguns pontos preliminares sejam levados em consideração. O primeiro ponto refere-se à posição ocupada pelos Estados Unidos, Argentina e Brasil, apresentando-se como principais destinos dos emigrantes europeus, seja pela crescente participação no comércio internacional ou sua política imigratória relativamente liberal durante este período (GRAHAM, 1973).

Como mencionado anteriormente, o ano de 1850 marcou o fim do comércio internacional de escravos – o que não quer dizer que a circulação interna de mão de obra escrava no Brasil tenha sido cessada. A partir de então, o perfil de ocupação da força de trabalho foi assumindo uma nova forma, já que os ex-escravos iam se juntando ao contingente de homens livres, dedicados em sua maioria à economia de subsistência (THEODORO, 2005).

A dependência por mão de obra de ex-escravos começou a ser motivo de preocupação entre o grupo de grandes fazendeiros, sobretudo no Oeste Paulista – que na época se destacava por seu dinamismo na produção de café em relação aos outros estados. Por conta disso, o governo brasileiro, pressionado pelos grandes senhores de engenho, inicia a promoção de políticas de atração de imigrantes internacionais para substituir a mão de obra escrava nas lavouras (Ibid., 2005).

Levy (1974) destaca que esta primeira onda coincidiu com o início dos grandes movimentos internacionais dos povos do Velho Mundo, dirigindo-se, em grande parte, para os Estados Unidos, Argentina e Brasil. A década de 1890 foi o apogeu das imigrações internacionais até o momento (gráfico 1). Tal fato esteve diretamente relacionado com: i) as boas condições econômicas apresentadas pelo Brasil, diferentemente da economia americana e argentina, que por sua vez perdiam parte do seu poder de atração de mão de obra europeia; ii) o fim da escravidão e iii) a valorização do café neste período (GRAHAM, 1973).

Gráfico 1. Entrada de imigrantes internacionais no Brasil (1872-1972)

Fonte: Levy (1974)².

A proposta de imigração subvencionada proporcionou a chegada massiva de trabalhadores europeus cuja função era a de substituir a mão de obra escrava e evitar que houvesse qualquer colapso na oferta de força de trabalho para as lavouras de café (BRITO, 2004). Como recorda o autor, somente com a intervenção estatal foi possível realizar a “transição completa para o trabalho assalariado dentro do setor mais importante da economia brasileira, na quantidade e no custo que convinham aos seus interesses” (Ibid., 2004, p. 16). Cabe destacar que a chegada destes imigrantes cumpriria outra função além da substituição da força de trabalho escrava. Eles também seriam os responsáveis pela miscigenação da população segundo o padrão racial europeu (BRITO, 1995). Em outras palavras, iniciava-se também a tentativa de embranquecer e civilizar a população brasileira.

² Fontes utilizadas pela autora para estimar as entradas de estrangeiros no país:

1. De 1872 a 1883 os dados foram colhidos da tabela: “*Movimento imigratório no Brasil de 1820 a 1907*” do *Boletim Commemorativo* da Exposição Nacional de 1908. A proveniência é de diversas fontes, conforme citado na referida tabela.
2. De 1884 a 1953, utilizou-se dados da tabela: Imigrantes entrados no país, segundo as principais nacionalidades – 1884/1953; do *Anuário Estatístico do Brasil* de 1954, p.49.
3. Os dados de 1954 a 1967 foram obtidos de vários *Anuários Estatísticos do Brasil*, das tabelas: migrantes entrados no país por nacionalidade.
4. Os dados de 1968 até 31 de agosto de 1972 foram obtidos diretamente na Divisão Nacional de Migração, Departamento Nacional de Mão de Obra, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Se até 1876 eram os portugueses a principal nacionalidade de imigrantes estrangeiros (LEVY, 1974), nos anos posteriores, os italianos eram os que constituíam o maior contingente de imigrantes europeus – situação que perdurou até a década de 1900 (tabela 1). Os imigrantes que aqui chegavam se estabeleceram nas diversas regiões do país. Em 1875 o Rio Grande do Sul também começa a incentivar a imigração europeia com ajudas financeiras, como forma de dar continuidade à política de “núcleos de colonização” recebendo um contingente razoável de italianos (Ibid., 1974, p.54).

Tabela 1. BRASIL - Imigrantes internacionais, segundo algumas nacionalidades principais (1872-1972)

Período	Nacionalidade (%)						Total de estrangeiros
	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outras nacionalidades	
1872-1879	31,2	25,8	1,9	8,1	-	33,0	176.337
1880-1889	23,3	61,8	6,7	4,2	-	4,0	448.622
1890-1899	18,3	57,6	13,7	1,4	-	8,9	1.198.327
1900-1909	31,4	35,6	18,2	2,2	0,1	12,4	622.407
1910-1919	39,1	16,9	22,3	3,2	3,4	15,2	815.453
1920-1929	35,7	12,6	9,7	9,0	6,9	26,2	846.647
1930-1939	30,9	6,7	3,8	8,3	29,8	20,6	332.768
1940-1949	40,0	13,9	4,1	6,0	2,5	33,6	114.085
1950-1959	41,4	15,8	16,2	2,9	5,8	17,9	583.058
1960-1969	37,5	6,3	14,4	2,9	12,7	26,3	197.587
1970-1972	19,7	5,2	6,1	6,7	4,5	57,8	15.588
Total (1872-1972)	1.662.180	1.622.491	716.042	223.517	248.007	878.642	5.350.879

Fonte: Levy (1974) a partir de dados censitários para o total das populações³.

Em virtude da abolição e da imigração massiva de mão de obra europeia para certas regiões do país, o último quarto do século XIX consolidou um novo cenário para o mercado de trabalho brasileiro. Como destacado por Theodoro (2005, p.100):

Na cidade de São Paulo, o crescimento urbano esteve diretamente ligado ao processo de industrialização, que começou nos últimos anos do século XIX e que empregará quase unicamente mão de obra de origem europeia, seja aquela saída das fazendas, seja a que chegava para trabalhar diretamente no espaço urbano. De acordo com os dados disponíveis, no começo do século XX, 92% dos trabalhadores industriais na cidade de São Paulo eram estrangeiros, sobretudo de origem italiana. No Rio de Janeiro, então capital do país e a cidade de maior importância econômica, a participação de estrangeiros na indústria era de 43%, ou seja, também significativa. Contudo, à diferença do que se passou em São Paulo, eram principalmente os

³ A autora utilizou os mesmos critérios descritos no gráfico 1 para a obtenção dos dados apresentados.

portugueses, destacando-se os açorianos, e os espanhóis que compunham a maioria da mão de obra migrante no Rio. As duas cidades, sobretudo São Paulo, sofrerão importantes mudanças com a chegada em massa de um contingente de mão de obra de origem europeia atraída pela industrialização nascente.

Por outro lado, o autor também recorda que com a imigração massiva, os ex-escravos juntaram-se ao contingente de trabalhadores livres que não tinham oportunidades de trabalho, exceto nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia para o próprio consumo em áreas rurais ou em atividades temporárias nas cidades. A entrada crescente de trabalhadores em setores de atividade mal remunerados deu origem ao que mais tarde foi denominado de “setor informal” no Brasil (Ibid., 2005). Dessa maneira, o autor destaca que

o mercado de trabalho no Brasil, no sentido clássico do termo, que pressupõe a existência do trabalho livre, foi “criado” por intermédio da ação estatal pela abolição da escravidão, e foi moldado por uma política de imigração, favorecida por taxas e subvenções, em detrimento da mão de obra nacional. Este mercado de trabalho nasceu, assim, dentro de um ambiente de exclusão para com uma parte significativa da força de trabalho (THEODORO, 2005, p.105)

Na década de 1890, período em que o Brasil assistia os fluxos imigratórios atingirem seu ponto máximo, atraindo imigrantes de diversas regiões da Europa, alguns obstáculos começam a surgir. Em 1902, o governo italiano promulgou em seu país o decreto de Prinetti, que proibia a emigração subvencionada para o Brasil em decorrência das más condições de trabalho as quais os emigrantes italianos eram submetidos nas fazendas cafeeiras, o que explica o acentuado declínio de entradas dessa nacionalidade na década de 1900 (tabela 1). Embora a emigração custeada pelo Brasil fosse então proibida, o decreto não impediu que a população italiana se dirigisse para o território brasileiro de forma espontânea, ou seja, sua viagem para o Brasil deveria ser custeada por eles e não pelo governo brasileiro. Aliado a este problema a autora também destaca a depressão mundial do café, sendo também responsável, em partes, pela diminuição da imigração italiana a partir de 1904.

A primeira onda de imigrantes livres para o Brasil, apesar de ter sido marcada pela presença da força de trabalho portuguesa, italiana, alemã e de outras nacionalidades, poderia contribuir para uma diversificação na produção, assim como expandir a participação nos vários mercados internacionais (SINGER, 1974). Entretanto, como demonstrado pelo autor, a tendência à monocultura cafeeira, com exceção do curto ciclo da borracha, ainda mantinha sua importância relativa nas exportações, mas seu colapso era questão de tempo.

2.3 A segunda onda de imigrantes (1904 – 1930)

Entre os anos de 1885 e 1906, o bom desempenho econômico brasileiro não estava em sintonia com as economias da Argentina e dos Estados Unidos, que ainda se recuperavam de um período de recessão (GRAHAM, 1973). O autor destaca que este desencontro do ciclo econômico entre os países permitiu que o Brasil atraísse um grande contingente de imigrantes europeus (principalmente italianos). Para Graham (1973), o apogeu de imigrantes alcançado na década de 1890 seria difícil, senão impossível de ser alcançado se as três economias estivessem se expandindo economicamente ao mesmo tempo. Como se sugere, o Brasil foi beneficiado por estes momentos de desencontros nas economias do Novo Mundo.

O segundo momento das migrações internacionais pós-escravidão no Brasil, especialmente o período 1906-1914, prosseguiu com a expansão das terras produtoras de café em virtude da recuperação dos preços no mercado internacional – o que acarretou na absorção de um maior número de trabalhadores nas fazendas (Ibid., 1973). Foi também neste período que os japoneses chegaram ao Brasil, subsidiados pelo próprio governo japonês e com destino às fazendas situadas no interior paulista.

Cabe destacar que, juntamente com a expansão das oportunidades econômicas, as redes sociais que estes imigrantes mantinham com a sua pátria foram responsáveis pelo aumento do fluxo migratório. Entretanto, tal situação foi interrompida por um episódio conflitante que envolveu as grandes potências mundiais e afetou diretamente o fluxo populacional dos países, provocando uma redução substancial do volume das migrações europeias para a América: a 1ª Guerra Mundial (BRITO, 2011).

A Primeira Grande Guerra impactou diretamente o fluxo de imigrantes internacionais assim como trouxe diversificação das nacionalidades para o território brasileiro. Na década posterior ao término desse episódio histórico, a categoria “outras nacionalidades” alcançou o segundo lugar quanto ao número de entradas de estrangeiros, como pode ser observado na tabela 1. Dentre as principais origens, destacam-se os imigrantes da Polônia, Rússia e Romênia que possivelmente emigraram por questões políticas que tiveram início com a Revolução Russa de 1917 (LEVY, 1974).

A desintegração dos diversos Estados-nação europeus em decorrência da Grande Guerra fez também que emergissem dois grandes grupos sociais: os apátridas, grupo este formado pelos que perderam sua nacionalidade no seu país de origem, sendo obrigados a se deslocarem para

outros países; e as minorias, como o caso específico dos judeus que começaram a chegar no Brasil a partir da década de 1920 (BRITO, 2011).

Em 1920, os imigrantes estrangeiros representavam no país um pouco mais de 5% da população total (mais de um milhão e meio) e se concentravam nos dois principais centros industriais, Rio de Janeiro e São Paulo 20% e 35% respectivamente (HOFFMANN, 1977, p. 26). A autora ainda ressalta que neste mesmo ano a população estrangeira representava 17% para o conjunto do país e 51% da mão de obra industrial em São Paulo. O grande percentual de imigrantes estrangeiros no estado paulista é justificado: i) pelos subsídios à imigração que durou até 1927, quando São Paulo, o único Estado que ainda aderiu a esta prática, deixa de fazê-lo (LEVY, 1974) e; ii) pelas possibilidades de emprego no auge da economia cafeeira e do colonato do café no estado nesse período (PATARRA, 2003).

2.4 A terceira onda de imigrantes (1931 – 1953)

O final de dezembro de 1930 foi marcado pela publicação das primeiras medidas que restringiam a entrada de imigrantes internacionais no Brasil. Como apontado por Levy (1974), as restrições se expandiram através da fixação de cotas (delimitação da quantidade máxima de estrangeiros) na Constituição de 1934 e em seguida na de 1937. O grande período de recessão econômica causada pela crise mundial de 1929 e a crise do café conduziram o país a uma nova onda imigratória que, diferentemente das ondas anteriores, foi suprida pelas migrações internas no país (PATARRA; FERNANDES, 2011).

Esta terceira onda de imigrantes foi notadamente menor que os dois momentos anteriores. As leis resultantes das medidas fixadas nas constituições de 1934 e 1937 não só protegiam os trabalhadores naturais do Brasil como também dificultavam a procura de emprego pelos imigrantes estrangeiros (AMARAL; FUSCO, 2005). Ao mesmo tempo:

o governo nacionalista de Getúlio Vargas encorajou os europeus a assimilar a cultura brasileira. O objetivo era substituir as culturas de origem dos imigrantes, forçando-os a aprender português, proibindo-os de organizar seus próprios grupos políticos, proibindo-os de publicar revistas e jornais de língua estrangeira ou de dar aulas em outros idiomas além do português. Grandes comunidades de imigrantes europeus no sul, especialmente no Rio Grande do Sul, foram percebidas como obstáculos para a construção de uma única identidade brasileira (AMARAL; FUSCO, 2005, p. 2).

A maioria dos imigrantes internacionais na década de 30 foi composta por japoneses, que se dirigiam principalmente para o setor da agricultura (Ibid., 2005). Contudo, tal fluxo migratório foi suspenso em decorrência da II Guerra Mundial (1939-1945) período este

caracterizado por um número bastante reduzido de entradas – em torno de dois mil imigrantes anuais (LEVY, 1974). Nos anos posteriores à II Grande Guerra, Amaral e Fusco (2005) apontam que o fluxo de imigrantes japoneses com destino a São Paulo retoma, porém com menor intensidade.

Em virtude deste episódio histórico, como já era de se esperar, o período compreendido entre a década de 1930 e 1950 apresentou uma expressiva diminuição dos fluxos migratórios internacionais: “de 835 mil pessoas durante os anos 1921-1930, a imigração decresce para 285 mil e 130 mil, respectivamente, nas décadas de 40 e 50 do século XX” (PATARRA, 2003, p. 18).

Sob a ótica do mercado de trabalho, os anos de 1930 foram marcados por uma forte intervenção do Estado na economia, assim como inauguraram a efetiva regulamentação do mercado de trabalho no Brasil (THEODORO, 2005). O autor (2005, p.109) também explica que o Estado também iniciou a adoção de uma série de medidas que tinham como objetivo final “forjar uma força de trabalho que pudesse servir à indústria”, que até então encontrava-se ainda em processo de amadurecimento.

No período de 1953 a 1960, encorajados pelo governo brasileiro a assumirem os postos de trabalho proporcionados pelo setor industrial, emigrantes da Espanha, Síria e Líbano migraram para o Brasil, constituindo-se as imigrações denominadas como dirigidas (AMARAL; FUSCO, 2005; LEVY, 1974).

O fluxo de imigrantes internacionais sofreu impactos diretos do golpe de Estado desferido pelos militares no ano de 1964. Amaral e Fusco (2005) ressaltam que a nova ideologia com um viés fortemente patriota defendia que o Brasil deveria confiar em sua população nativa para suprir os postos de emprego – o que fez com que a economia brasileira se baseasse amplamente na migração interna. Como consequência o país presenciou um declínio acentuado de entradas de estrangeiros no país e nos anos posteriores apresentou uma configuração diferenciada nos fluxos migratórios, sobretudo após 1980 com a saída dos militares do poder (PATARRA; FERNANDES, 2011).

2.5 Migração internacional no Brasil pós-crise de 1980

A partir da década de 1980, após um extenso período sem que as trocas internacionais apresentassem fluxos significativos de estrangeiros, o Brasil inaugura uma nova fase no cenário das migrações internacionais: de país historicamente receptor de imigrantes, o Estado brasileiro passa a ser, neste momento, emissor de população (PATARRA; FERNANDES, 2011). De fato, esta década ainda sofria os resquícios deixados pelo “milagre” econômico, assim como apresentava uma economia estagnada em virtude da crise mundial que atravessava o capitalismo, interrompendo os investimentos internacionais do país (OLIVEIRA, 2013). Como ressaltado pelo autor, um dos reflexos mais agravantes da contração da economia neste período foram os elevados níveis de desocupação no país.

Neste período, estigmatizado como a “década perdida”, as taxas de crescimento se reduziram de forma drástica:

o país conheceu um crescimento de menos de 17% durante a década (cerca de 1,5% ao ano), distante da taxa histórica de crescimento da economia brasileira de 6% ao ano. Em geral, como já foi colocado, estes anos podem ser considerados como marcados por uma crise econômica prolongada, resultado sobretudo do aprofundamento de alguns problemas estruturais vivenciados pelo país após o primeiro choque do petróleo, em 1973. São o aumento da inflação, o crescimento da dívida interna e externa e a elevação das taxas de juros que causaram a queda nas taxas de investimento e a recessão. (THEODORO, 2005, p. 112).

Entretanto, no que diz respeito às migrações internacionais, Patarra (2005) destaca que os anos 80 de maneira alguma foram anos perdidos:

embora de diminuta expressão numérica, a entrada e saída de pessoas do território nacional nunca cessou. Poder-se-ia dizer que o Brasil beneficiou-se da “invasão de cérebros” vindos de países vizinhos, em grande parte dos quais afugentados pelos regimes autoritários dos anos 70, bem como a entrada de europeus, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial – que são, entre outros, exemplos de pequeno, mas intermitente afluxo de estrangeiros (PATARRA, 2005, p. 24).

Embora o país tenha assistido a uma saída de estrangeiros com um volume superior à sua entrada, todo cuidado é necessário aos rótulos que nele são postos como, por exemplo, “país de imigração”, “país de emigração” – mesmo que o saldo migratório neste período apontasse maiores saídas que entradas no país (PATARRA; FERNANDES, 2011). Isso porque o fluxo de imigrantes internacionais mantém proporções pouco expressivas em relação ao total da população brasileira – o que impossibilita a caracterização do país como de imigração ou de emigração (tabela 2). Nas palavras de Patarra (2005, p.24):

O Brasil não seria um país de imigração que passou a ser de emigração. Em outras palavras, não teria passado de receptor a expulsor de população. O contexto, o significado, os volumes, os fluxos, as redes e outras dimensões importantes, no

contexto interno e internacional, passavam a ser completamente distintos de tudo o que, sob a mesma rubrica, sucedera no passado. Embora em menor escala, o contexto dos movimentos internacionais que envolviam o Brasil indicava a entrada de novos contingentes de estrangeiros, com características absolutamente distintas das dos movimentos anteriores;

Tabela 2. BRASIL - População estrangeira e total (1900-2000)

Ano	População Estrangeira (Nº Absoluto) (A)	População Total Brasil (Nº Absoluto) (B)	Proporção de Estrangeiros (A/B) (%)
1900	1.074.511	16.364.923	6,6
1920	1.565.961	29.069.644	5,4
1940	1.406.342	39.752.213	3,5
1950	1.214.184	50.730.213	2,4
1970	1.229.128	91.909.909	1,3
1980	912.848	118.089.858	0,8
1991	767.781	146.825.475	0,5
2000	651.226	169.799.170	0,4

Fonte: Patarra (2005) a partir de IBGE – Censos Demográficos de 1900 a 2000.

Nas duas décadas finais do século XX, o Brasil assistiu uma parte de sua população em direção ao exterior em virtude dos problemas conjunturais anteriormente apontados. Patarra e Fernandes (2011) apontam que os principais destinos dos emigrados brasileiros neste período eram os Estados Unidos, Japão e alguns países do continente europeu, assim como o Paraguai.

Sales (1991) ressalta um dos aspectos que chamam atenção no que diz respeito à corrente emigratória de brasileiros para os Estados Unidos, sobretudo Boston. Os emigrantes brasileiros que se dirigiam para lá eram do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, mas o típico emigrante brasileiro em Boston tinha como origem o município de Governador Valadares em Minas Gerais. Boston e Governador Valadares mantinham uma estreita comunicação que se estabelecia primeiramente através das remessas de dinheiro para o local de origem (SALES, 1991). A autora também destaca os emigrantes que para lá se dirigiam eram inseridos em sua grande maioria no mercado de trabalho secundário da economia americana em ocupações evitadas pelos nativos pelo seu baixo prestígio social. Para Sales (1991, p. 28) “o brasileiro encontrou em Boston um mercado de trabalho adaptado à situação do estrangeiro ilegal, posição anteriormente ocupada por outros imigrantes da Irlanda, México ou de outros países da América Central e do Sul”.

Não foi somente no caso de Governador Valadares que as redes sociais tiveram fundamental importância para a continuidade das correntes migratórias de brasileiros para o exterior. Conforme famílias iam se estabelecendo no lugar de destino, menores eram os custos de emigração para aqueles que ainda permaneciam no seu lugar de origem.

O caso específico da Europa também esteve intimamente ligado aos laços construídos pelos imigrantes que no Brasil chegavam nas décadas anteriores. Além de Portugal (por razões históricas e culturais), Patarra (2005) destaca a Itália como outro principal destino dos emigrantes, onde o principal fator de atração de brasileiros era a maior facilidade dos descendentes italianos nascidos no Brasil em conseguir o passaporte europeu.

Sob o prisma das entradas de imigrantes internacionais, a década de 1980 demonstrou uma perda líquida migratória de quase dois milhões de pessoas (CARVALHO, 2006). No período de 1986 a 1990, o país recebeu 57.188 imigrantes, dentre os quais se destacavam aqueles oriundos de países da América Latina, sobretudo o Paraguai (18,8%), Argentina (9,7%) e demais países desta região do continente americano (25,7%), conforme descrito na tabela 3. Os Estados Unidos também se destacaram, respondendo por 16,1% da origem dos imigrantes internacionais. Os países da Europa tiveram uma participação relativa de 26,6% no total de imigrantes que chegaram ao país no quinquênio 1986/1990.

Já no período compreendido entre 1995 e 2000, o Brasil começa a recuperar parte do seu poder de atratividade de imigrantes internacionais, abalado pela crise na década de 1980, recebendo 143.643 mil imigrantes, o que representava um crescimento de 151,18% em relação ao decênio anterior. Paraguai foi responsável por 24,7% da origem dos imigrantes que chegaram ao Brasil nesse período; Japão assumiu o segundo lugar, respondendo a 13,7% das origens. Esses dois países se destacaram como principais origens dos imigrantes internacionais em virtude da migração de retorno de brasileiros originários desses dois países que tiveram um papel preponderante nesses fluxos (CARVALHO, 2006).

Tabela 3. BRASIL - Imigrantes internacionais, segundo a origem (1986-2000)

Residência	Imigrante Internacional			
	1986/1991		1995/2000	
	N	%	N	%
Europa	15.203	26,6	27.307	19,0
Paraguai	10.726	18,8	35.446	24,7
Argentina	5.535	9,7	7.797	5,4
Demais países da América Latina e Caribe	14.698	25,7	24.323	16,9
Estados Unidos	9.199	16,1	16.695	11,6
Japão	1.827	3,2	19.692	13,7
Outros países	-	-	11.872	8,3
Ignorado	-	-	511	0,4
Total	57.188	100,0	143.643	100,0

Fonte: Carvalho (2006) a partir dos Censos Demográficos de 1991 e 2000⁴.

No que diz respeito ao nível de escolaridade e rendimento, os imigrantes internacionais deste período se sobressaíam em comparação aos nativos brasileiros, exceto aqueles provenientes do Paraguai (Ibid., 2006). Isso nos leva a considerar que mesmo nos períodos em que o país adotou políticas restritivas no que diz respeito à força de trabalho do exterior, o imigrante mais qualificado nunca foi motivo de preocupação, mas encontrava um país de portas abertas para recebê-lo. Como recordam Patarra e Fernandes (2011, p.90) “o Brasil não tem escassez de mão de obra; interessa-se por migração qualificada”.

Compreender a dinâmica dos povos no contexto brasileiro e sua integração com outros países ao longo dos séculos nos permite avaliar com uma diferente percepção a dinâmica populacional nos anos iniciais do século XXI. A inserção do imigrante internacional no mercado de trabalho não é recente, entretanto se expressa de diferentes maneiras a depender do tempo e do espaço que se busca analisar.

2.6 Migração internacional e mercado de trabalho brasileiro no início do século XXI

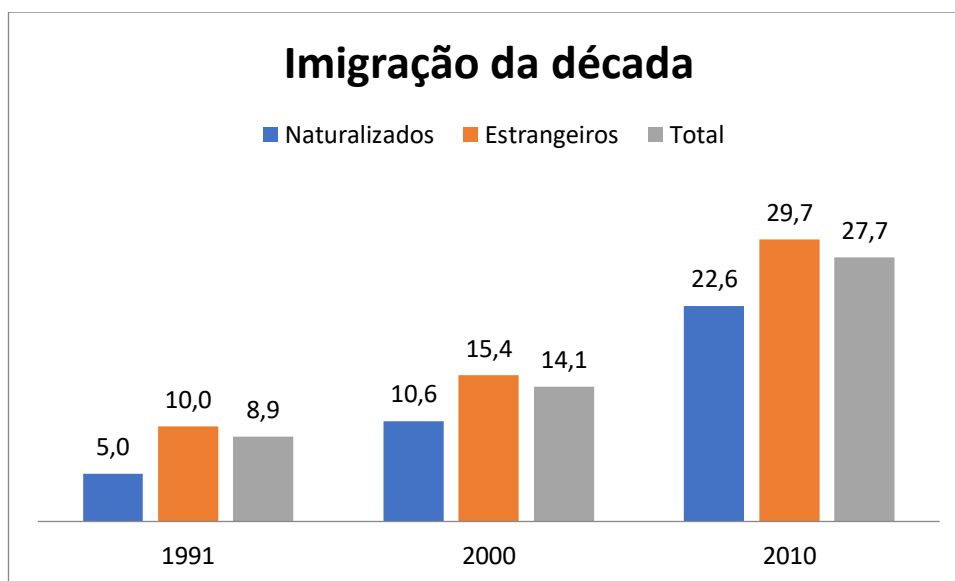
A passagem do século XX para o século XXI trouxe importantes reflexões acerca do estudo sobre os deslocamentos internacionais no Brasil. Embora o país tenha assistido a uma

⁴ A tabela 3 mostra a distribuição dos imigrantes internacionais do Brasil, no quinquênio 1986/1991 e 1995/2000, segundo alguns países e regiões de origem. Por origem, entenda-se o local de residência em 1º de setembro de 1986 (para o quinquênio) e 1º de setembro de 1995 (para o quinquênio 1995/2000), e não o local de nascimento ou de residência imediatamente anterior à migração para o Brasil.

redução do seu estoque de estrangeiros nos anos de 2000 e 2010 em relação ao período anterior, destaca-se que os movimentos de retorno de nacionais e a chegada mais intensa de estrangeiros, apesar de não terem superado o número de saídas, podem ter representado um saldo migratório muito próximo a zero na primeira década do século XXI (OLIVEIRA, 2015).

Utilizando-se dos dados amostrais fornecidos pelos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, Soares, Lobo e Matos (2015) constataram uma queda de 22,8% no estoque acumulado de imigrantes internacionais entre 1991-2010. Por outro lado, os autores observaram um acentuado crescimento no número de estrangeiros que fixaram residência no país no período de recenseamento (imigração da década). O total de 68.549 estrangeiros que fixaram residência no país entre 1982-1991 sofreu uma elevação de quase duas vezes e meia em relação ao período de 2001-2010 – 164.420 imigrantes, como demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2. BRASIL – Participação da migração da década, estrangeiros ou naturalizados, no total de imigrantes acumulados residentes no Brasil em 1991, 2000 e 2010



Fonte: Adaptado de Soares, Lobo e Matos (2015) a partir dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

Oliveira (2013) destaca dois fatores que poderiam ajudar a explicar o aumento de entradas de pessoas vindas do exterior para o Brasil até o final da primeira década de 2000: i) a estabilidade econômica do país, que sustentou o desenvolvimento das atividades produtivas desde os anos finais da década de 1990 e ii) a crise financeira dos países desenvolvidos desde 2008, que assolou o sistema financeiro mundial devido ao estouro da bolha imobiliária norte-

americana. Estes fatores atraíram não somente estrangeiros como provocaram o retorno de nativos brasileiros que viviam no exterior (Ibid., 2013, p.197).

Dentre as principais nacionalidades atraídas pelo Brasil no início do século, destacam-se a Bolívia, Paraguai, Estados Unidos, Portugal e Argentina que, juntos, foram responsáveis por 41,37% dos imigrantes da década de 2000 (SOARES; LOBO; MATOS, 2015). Por outro lado, quando analisadas as nacionalidades dos imigrantes que já residiam no país nos períodos anteriores, Portugal, Japão, Paraguai, Bolívia, Itália e Espanha (países de migração histórica) tinham uma participação de 56,2% no peso migratório de estrangeiros no país (OLIVEIRA, 2015).

Embora não seja possível mensurar com precisão o fluxo dos imigrantes e refugiados que residem no país em situação irregular, não podemos desconsiderar a chegada de grupos que tradicionalmente não migravam para o país, como o caso específico dos haitianos. Este grupo de imigrantes, assim como outros oriundos de países em situação de conflitos ou vítimas de desastres naturais enfrentou grandes dificuldades e certa desconfiança por parte dos brasileiros quando aqui chegaram (BÓGUS; FABIANO, 2015). Tal situação tem requerido maior atenção entre as autoridades e a sociedade brasileira.

Tomando em consideração a participação da migração internacional na primeira década do século XXI com um expressivo aumento dos deslocamentos populacionais da década de 2000 e a diminuição do estoque de imigrantes, tais considerações vão ao encontro dos relatos dos próprios imigrantes que Bógus e Fabiano (2015) obtiveram em seu trabalho:

o imigrante que tem chegado ao Brasil em período recente não tem a intenção de ficar. Ele, na verdade, vem em busca de trabalho e quando consegue reunir alguns recursos, externa o desejo de voltar ao seu país de origem. Existem também os casos em que os imigrantes e refugiados demonstram a intenção de ficar no Brasil, desde que os problemas enfrentados sejam resolvidos [...]. Segundo relato de alguns imigrantes o Brasil é um país que atrai os estrangeiros pelo estilo de vida de algumas cidades brasileiras, pela exuberância do país e pela perspectiva de viver em um Brasil em ascensão. Entretanto os problemas quotidianos são muitos e dificultam a permanência dos estrangeiros em terras brasileiras. (Ibid., 2015, p. 137–138)

Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015) trouxeram importantes reflexões sobre a inserção dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. Em sua obra, os autores exploraram conceitos e notas metodológicas sobre o Censo brasileiro de 2010, discutiram as características e tendências da migração internacional no Brasil, assim como descreveram o perfil dos imigrantes no país a partir dos dois últimos censos. Em linhas gerais, os autores

verificaram que os imigrantes se encontram principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que juntos concentravam 61,3% em 2010.

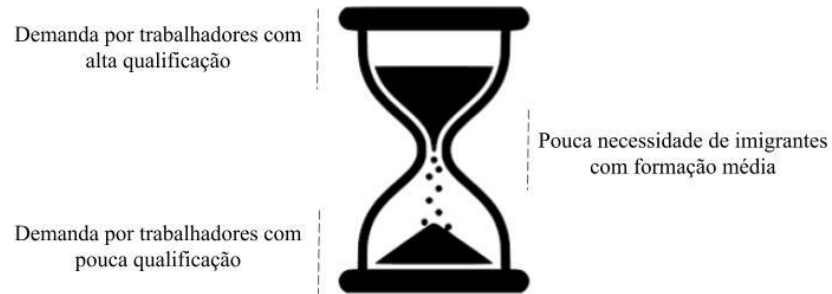
No que diz respeito aos nichos de trabalho ocupados pelos imigrantes, Cavalcanti (2015, p. 44) também constatou que “os imigrantes internacionais estão, na atualidade, nos extremos do mercado de trabalho (tanto na base, quanto no topo)”. Complementarmente o autor ressalta que

os grupos ocupacionais que tiveram um maior aumento de imigrantes refletem essa dinâmica: trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (163,8%); profissionais das ciências e das artes (100%); trabalhadores qualificados agropecuários, florestais e da pesca (95,6%) e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção (45,4%). Deste modo, o país tem demandado trabalhadores para atividades altamente qualificadas e, devido às dificuldades de oferta de mão de obra em algumas ocupações em determinadas áreas da região sul, começa a necessitar de imigrantes para atividades que exigem pouca qualificação (ibid. 2015, p.44)

As economias estão cada vez mais se caracterizando pela seletividade e competitividade dos mercados de trabalho (BRITO, 1995). Os imigrantes internacionais situados na “base” do mercado de trabalho inserem-se nos segmentos que são geralmente evitados por trabalhadores nativos, como é o caso do sul do país (CAVALCANTI, 2015). Isso porque estes empregos são, em sua grande maioria, de baixa remuneração, baixo status e com pouca segurança. Por isso a necessidade deste grupo de imigrantes para suprir a demanda por mão de obra em trabalhos pesados, realizados em condições duras, difíceis e perigosas que os trabalhadores locais evitam realizar (Ibid., 2015).

Por outro lado, o país também carece de profissionais altamente qualificados, sobretudo em atividades de alta complexidade tecnológica e em cargos de liderança tanto no setor público como na iniciativa privada. Cavalcanti (2015) observa a inserção da mão de obra imigrante no mercado de trabalho brasileiro como um “relógio de areia” descrito por Portes (2004) para demonstrar a relação entre imigração e trabalho. Os autores concluem que há uma necessidade de trabalhadores tanto no topo (imigrantes altamente qualificados) como na base (imigrantes com baixa qualificação). Entretanto, aqueles que possuem um nível de formação médio tendem a enfrentar dificuldade em serem absorvidos pelo mercado de trabalho brasileiro, pois há pouca demanda para trabalhadores com este nível de escolarização.

Figura 2. Estrutura do mercado de trabalho e demanda da mão de obra imigrante



Fonte: Elaboração própria a partir de Cavalcanti (2015).

A trajetória das migrações internacionais no Brasil mostra as transformações ocorridas entre os imigrantes e sua absorção no mercado de trabalho brasileiro no transcorrer dos séculos. Apesar da diminuta participação da população estrangeira em comparação à população total, este grupo exerceu um papel fundamental na formação econômica e social brasileira. No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, como se verá adiante, a presença do imigrante internacional no mercado de trabalho formal apresenta similaridades com outras Unidades da Federação, mas também demonstra que a mobilidade para o estado carrega outros significados diferentes daqueles observados no contexto estadual e brasileiro no século passado.

3 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS NO RIO DE JANEIRO

Este capítulo discorre especificamente sobre migração internacional e mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro, abordando a dinâmica recente das migrações, o perfil e a distribuição espacial da população estrangeira no Estado do Rio de Janeiro a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. Nele objetiva-se analisar as migrações através das pessoas (país de origem, escolaridade, rendimento e ocupação) e dos lugares (Noroeste, Norte, Centro, Sul, Baixadas e Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

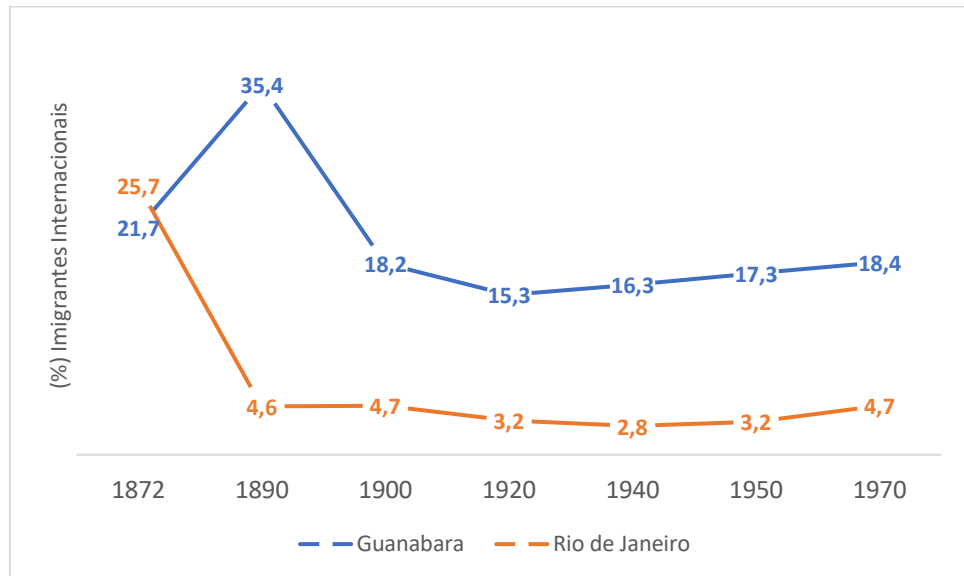
Para tanto, o capítulo encontra-se estruturado em três seções. A primeira seção aborda brevemente o histórico do Rio de Janeiro no contexto das migrações internacionais. A segunda discorre sobre os imigrantes internacionais recentes, entendidos como todos os indivíduos que nasceram fora do Brasil e que obtiveram ou não a nacionalidade por meio de título de naturalização, valendo-se de disposição da legislação brasileira, tendo sua chegada datada a partir do ano de 2001. Por fim, analisa-se o perfil socioeconômico dos imigrantes internacionais e as disparidades existentes em relação ao sexo e à distribuição territorial entre as mesorregiões desses imigrantes.

3.1 O Rio de Janeiro no contexto das migrações internacionais

Para compreender a dinâmica das migrações internacionais no atual Estado do Rio de Janeiro, é necessário recorrer ao período que precede a fusão do Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro. Isso porque a dinâmica migratória desses territórios estabeleceu-se de forma assimétrica desde a Primeira República até meados da década de 1970, período em que a unificação dos dois Estados deu origem ao atual Estado do Rio de Janeiro.

O gráfico 3 nos possibilita analisar o percentual de imigrantes internacionais em relação ao total de estrangeiros residentes no Brasil entre 1872 e 1970 para ambos os Estados. É notável a proeminência de Guanabara (atual município do Rio de Janeiro) nos fluxos migratórios para o período em questão; se por um lado esse território, ao lado de São Paulo, ocupava uma posição de relativo destaque no contexto nacional, o antigo Estado do Rio de Janeiro, por outro lado, apresentava níveis de participação relativa na população total de imigrantes estrangeiros mais modestos, situando-se no grupo de Estados brasileiros com as menores entradas de imigrantes internacionais (LEVY, 1974).

Gráfico 3. Percentual de imigrantes internacionais dos Estados de Guanabara e Rio de Janeiro (1872 - 1970)



Fonte: Levy (1974) a partir dos Censos Demográficos de 1872 a 1970⁵.

O território que atualmente compreende o município do Rio de Janeiro, capital da República entre 1763 e 1960, foi um símbolo nacional e esteve intimamente ligado à ideia de progresso e civilização (OLIVEIRA, 2010). O autor também observa que este espaço se destacava, também, como principal centro comercial e financeiro do país no final do século XIX. Por isso, Guanabara, ao lado de São Paulo, desempenhou um importante papel no tocante à imigração estrangeira para o Brasil.

A fusão entre Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, em 1975, não só acarretou em uma desordem institucional e política (AZEVEDO; LOBO, 2015), como também impactou os movimentos migratórios com destino ao novo Rio de Janeiro. A capacidade de atração populacional desse ‘novo’ território – em grande medida relacionada ao capital simbólico exercido pela antiga região de Guanabara – enfraqueceu-se com os conflitos decorrentes da fusão e com a transferência do Distrito Federal para Brasília.

⁵ Não foi possível estimar a população de imigrantes internacionais dos Estados de Guanabara e Rio de Janeiro em 1960 em virtude da ausência de dados nos censos demográficos disponibilizados na obra da autora.

Oliveira (2010) corrobora com a assertiva anterior e associa a perda de atração populacional não somente a esses processos de caráter estruturais, mas também a aspectos conjunturais como: i) a crise no setor cafeeiro, no final do século XIX e início do século XX; ii) crise do petróleo no final da década de 1970 e; iii) a crise econômica de 1980 que golpeou profundamente o Estado que neste momento possuía sua economia mais voltada à produção de bens-salários para o mercado local.

Nos anos iniciais do século XXI, a mobilidade internacional passa a imprimir novos significados e condições migratórias diferenciadas no estado do Rio de Janeiro. Essa afirmação é comprovada pela análise dos microdados disponibilizados pelo Censo Demográfico do IBGE 2010.

Para efeitos deste trabalho, foram considerados imigrantes internacionais todos os indivíduos que nasceram fora do Brasil e que obtiveram ou não a nacionalidade por meio de título de naturalização, valendo-se de disposição da legislação brasileira. Note que os imigrantes naturalizados brasileiros ou estrangeiros residentes no exterior foram analisados à luz de informações diretas referentes às migrações de última etapa no período intercensitário.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, foram computados 592.567 imigrantes internacionais no Brasil, dentre os quais 96.821 (16,3%) indivíduos residiam no Estado do Rio de Janeiro (tabela 4). Esse número reflete total de imigrantes que sobreviveram à mortalidade e à reemigração até a data de referência censitária.

Tabela 4. BRASIL – imigrantes internacionais com residência fixa no país, segundo Unidade da Federação (2010)

Unidade da Federação	Imigrantes Internacionais	
	População	Participação Relativa (%)
São Paulo	266.782	45,0
Rio de Janeiro	96.821	16,3
Paraná	50.417	8,5
Rio Grande do Sul	34.244	5,8
Minas Gerais	24.666	4,2
Santa Catarina	17.622	3,0
Mato Grosso do Sul	14.679	2,5
Bahia	13.218	2,2
Outras Unidades da Federação	74.118	12,5
Total	592.567	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A tabela 4 mostra que o estado do Rio de Janeiro detém segundo lugar entre as Unidades da Federação (UFs) que mais atraíram imigrantes internacionais, ficando somente atrás do estado de São Paulo que, sozinho, concentrava 45% dos imigrantes oriundos de outros países com residência fixa no Brasil em 2010. Em linhas gerais, os imigrantes internacionais estão distribuídos espacialmente em todas as UF's brasileiras, embora a intensidade e magnitude dos fluxos migratórios sejam consideravelmente diferenciadas.

Como se mencionou na seção introdutória, o presente trabalho direcionará sua investigação para o estado do Rio de Janeiro, visando compreender quem são esses indivíduos, onde residem (mesorregião) e quais lugares ocupam no mercado de trabalho fluminense. As análises se restringirão apenas aos imigrantes internacionais recentes, ou seja, àqueles nascidos no exterior que vieram para o Brasil entre 2001 e 2010 e que na data de referência do censo demográfico residiam em algum município do estado do Rio de Janeiro.

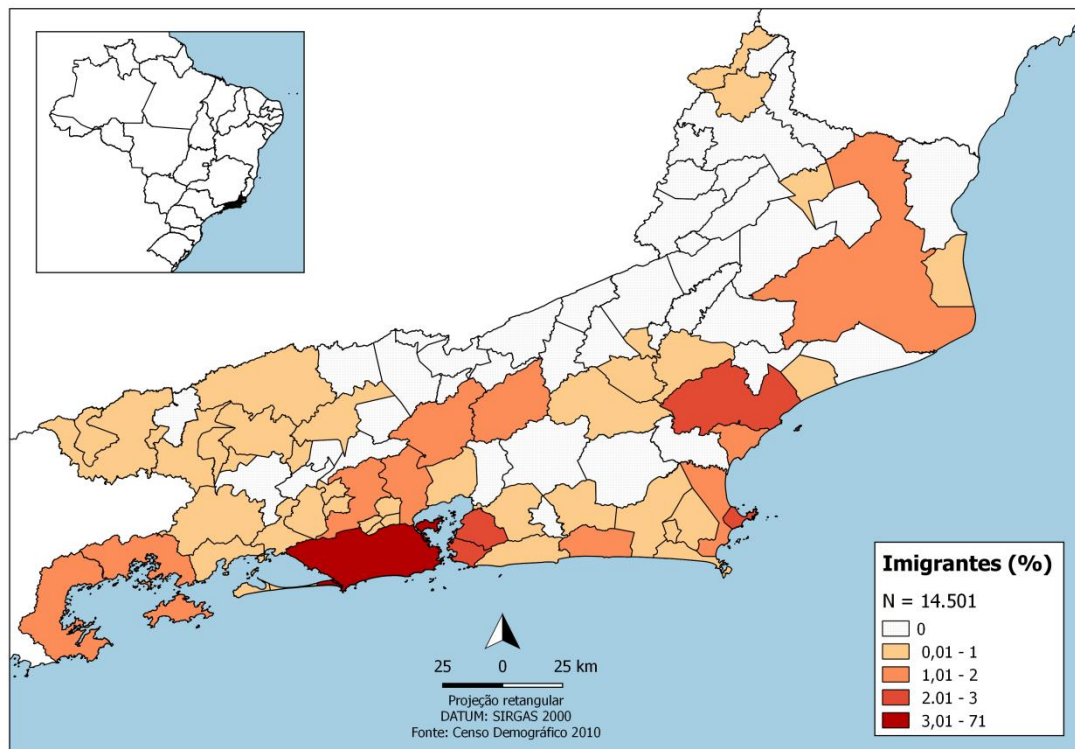
3.2 Imigrantes internacionais recentes

Segundo o Censo Demográfico de 2010, dentre os 96.821 imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio de Janeiro, naquele ano, 14.501 (15%) eram imigrantes recentes, ou seja, chegaram no Brasil entre 2001 e 2010 e, na data de referência censitária, residiam em algum município do estado do Rio de Janeiro.

Na Figura 3 podemos verificar a distribuição espacial destes imigrantes, segundo o município de residência. Como se pode notar, eles se concentram, majoritariamente, na capital

homônima do estado, correspondendo a 70,5% (10.226) do total de imigrantes internacionais recentes naquele período. Há alguns poucos municípios na RMRJ e no interior que também se destacam, no contexto estadual, como importantes áreas de destino deste grupo de imigrantes. São eles: Niterói, São Gonçalo, Macaé, Armação dos Búzios e Cabo Frio.

Figura 3. RIO DE JANEIRO: Distribuição espacial dos imigrantes internacionais recentes, segundo o município de destino (2001-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico Brasileiro de 2010.

Macaé desponta na lista dos principais receptores de imigrantes estrangeiros como o primeiro município fora da RMRJ com maiores entradas – 2,4% ou 350 indivíduos. O município abriga a base de operações da Petrobrás na Bacia de Campos e tem sua atratividade migratória relacionada, em boa medida, às atividades desempenhadas pelo setor de petróleo e gás em seu território. No âmbito estadual, o município detém a quarta colocação, permanecendo atrás de Niterói e São Gonçalo, ambos situados na Região Metropolitana. Armação dos Búzios sucede Macaé na lista, assumindo o quinto posto a nível estadual e a primeira colocação entre os municípios das Baixadas litorâneas, Região dos Lagos. A atratividade imigratória exercida

pelo município relaciona-se ao turismo, mais notadamente nos setores de alojamento, alimentação e no setor imobiliário.

As migrações internacionais da década tiveram considerável importância relativa na composição da migração internacional acumulada em todas as regiões do estado (tabela 5). Todavia, foram no Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas e Sul Fluminense em que as migrações recentes tiveram maior peso em relação à migração acumulada, correspondendo a 37,8%, 28,7% e 28,5%, respectivamente.

Tabela 5. RIO DE JANEIRO: número e percentual de imigrantes residentes, segundo as mesorregiões do estado

Mesorregião Fluminense	Estoque de imigrantes (migração acumulada)	Imigração da Década (2001-2010)	
		N	Participação relativa na migração acumulada
Noroeste	231	31	13,4
Norte	1.374	519	37,8
Centro	926	111	12,0
Baixadas	3.455	990	28,7
Sul	2.200	626	28,5
RMRJ	88.635	12.224	13,8
Total	96.821	14.501	15,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

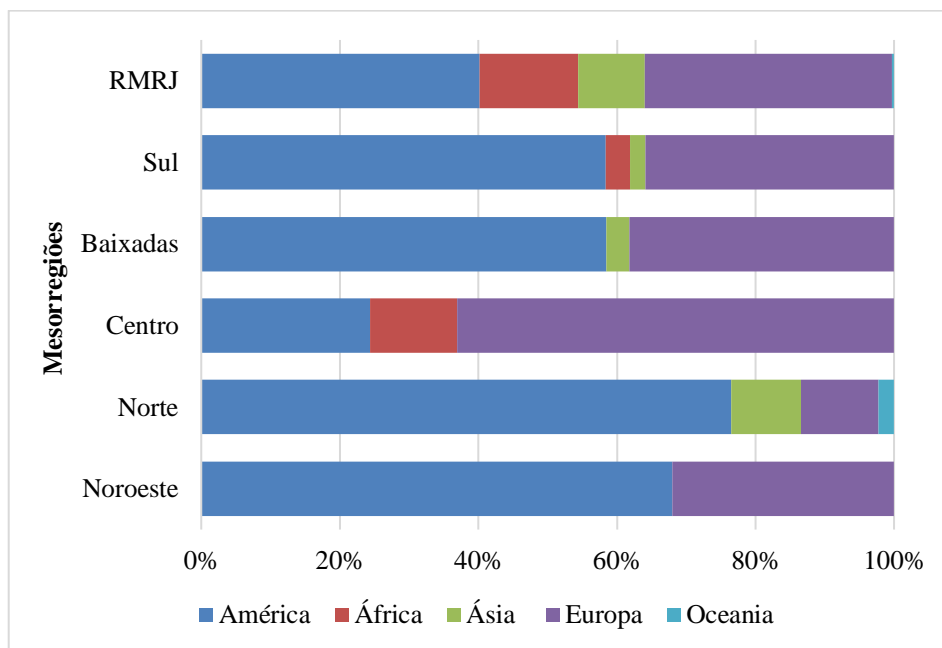
No Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas, o dinamismo econômico apresenta forte relação com setor de petróleo e gás. Souza e Terra (2017) destacam que as novas espacialidades formadas pelos municípios produtores de petróleo na Bacia de Campos/RJ têm conduzido a região para um processo, ainda que incipiente, de metropolização, envolvendo os Arranjos Populacionais de ‘Campos dos Goytacazes’, ‘Macaé – Rio das Ostras’, e ‘Cabo Frio’. No caso do Sul Fluminense, sua economia baseia-se na indústria metalúrgica, siderúrgica, entre outros. Acreditamos que a dinâmica migratória dessa mesorregião do estado, além de ter apresentado considerável atratividade de força de trabalho estrangeira na última década, também sofreu influência direta e indireta do dinamismo migratório da RMRJ.

Um aspecto importante a ser analisado no âmbito dos estudos acerca das migrações internacionais recentes é identificar a origem do imigrante estrangeiro. Para tanto, utilizamos a variável “país de residência anterior” descrita no Censo Demográfico de 2010. É necessário destacar que essa variável não corresponde, necessariamente, ao país de nascimento do imigrante (uma vez que ele pode ter realizado ao menos uma migração internacional

anteriormente), mas sim ao país que ele residia antes de vir para o Brasil. No Brasil, ele pode ter residido em algum município diferente daquele em que foi recenseado, em 2010. Entretanto, essa mobilidade interna do imigrante internacional não é objeto de estudo deste trabalho.

Segundo o Censo de 2010, os principais países de origem imigrantes estrangeiros no estado do Rio de Janeiro foram aqueles situados na América e Europa (Gráfico 4).

Gráfico 4. RIO DE JANEIRO: origem dos imigrantes internacionais recentes, segundo as mesorregiões (2001-2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na RMRJ, os Estados Unidos despontam como principal país fornecedor de imigrantes internacionais recentes para o Rio de Janeiro (10,1%), que chegaram com maior intensidade no ano de 2008. Foi nesse período em que o país norte americano passava por uma grande crise no setor imobiliário que assolou o mercado financeiro. O Rio de Janeiro, assim como outras unidades federativas do Brasil que apresentavam uma economia relativamente estável, parece ter sido o subterfúgio de parte dos indivíduos residentes nos Estados Unidos que decidiram deixar permanente ou temporariamente o país. Entretanto, tal afirmação merece investigações mais aprofundadas – o que não é o objetivo central desse texto no momento. Além dos Estados Unidos, também se destacam a Angola, França e Argentina, respondendo, respectivamente, a 9,7%, 8,7% e 6% dos imigrantes estrangeiros recentes residentes na RMRJ.

Nas Baixadas Litorâneas e no Sul Fluminense, embora os Estados Unidos também apresentassem uma considerável participação em relação ao total de imigrantes estrangeiros

(13,4% e 23,3%, respectivamente), o maior protagonismo pertenceu à Argentina, respondendo a 37,1% e 24,9% do total de imigrantes residentes no país antes de virem para o Rio de Janeiro. No caso específico das Baixadas, Harguindeguy (2007) sugere que os argentinos foram atraídos pela infraestrutura turística, pela qualidade de vida e pelas paisagens urbanas da região litorânea, sobretudo para o município de Armação dos Búzios.

No Norte Fluminense, destaca-se a considerável participação relativa da Colômbia, país de origem de 30,2% do total de imigrantes estrangeiros recentes, dessa região. A Colômbia, que antes da década de 2000, não possuía expressividade nos fluxos migratórios internacionais para o estado, tem elevado sua interação com o Norte do estado, sobretudo entre os municípios produtores de petróleo e gás da Bacia de Campos – como sugerem os dados do Censo de 2010.

Embora o Noroeste e o Centro tenham apresentado fluxos imigratórios pouco expressivos em relação às demais regiões do estado, destacam-se, para o Noroeste, os imigrantes domiciliados anteriormente nos Estados Unidos (44%) e, para o Centro, os imigrantes vindos da Bélgica (26,1%), Estados Unidos (24,3%) e França (21,6%).

3.3 O imigrante internacional no mercado de trabalho fluminense

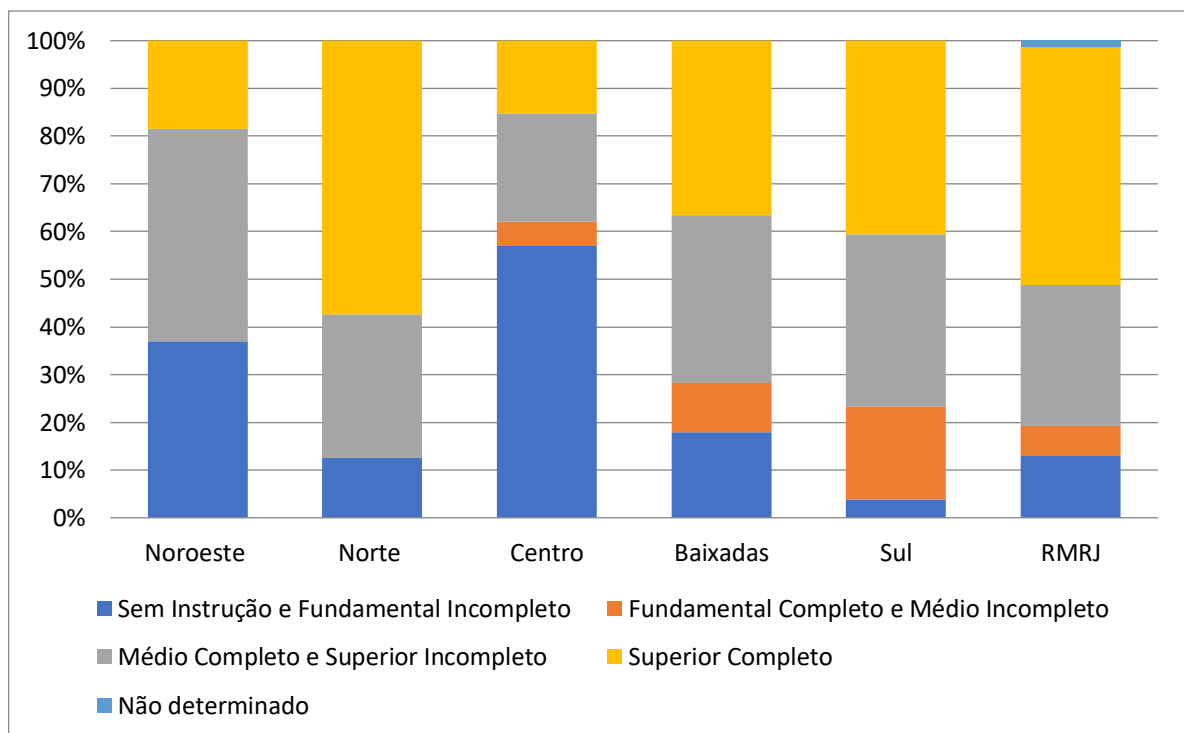
Uma das preocupações centrais desse trabalho, além de caracterizar os espaços da migração internacional no estado é compreender a seletividade migratória no mercado de trabalho. Portanto, nessa seção buscamos identificar as principais características socioeconômicas do imigrante internacional como escolaridade, ocupação, atividade, rendimento e outras variáveis, segundo a mesorregião de residência, que nos possibilitem analisar a composição da força de trabalho estrangeira que chegou ao Rio de Janeiro na última década.

Como dito anteriormente, o estado do Rio de Janeiro recebeu, na última década, um total de 14.501 imigrantes estrangeiros, dentre os quais 58,6% eram homens e 41,4% eram mulheres. A assertiva anterior elucida o caráter seletivo das migrações internacionais do Rio de Janeiro em relação ao sexo do imigrante. Os resultados vão ao encontro ao que Ravenstein (1885) verificou no contexto Inglês do século XIX. Em linhas gerais, o autor considera que a migração é seletiva por: i) sexo – ao qual há um predomínio das mulheres em migrações de curta distância e maior preeminência dos homens nos fluxos migratórios de longa distância e; ii) idade – em geral, migram com maior intensidade as pessoas mais jovens. A idade média dos

imigrantes, em 2010, era de 32 anos para homens e 30 para as mulheres. Embora não sejam maioria, as mulheres também apresentam uma considerável participação nos grupos etários de indivíduos economicamente ativos.

Outra variável utilizada para compreender o perfil do imigrante internacional no estado do Rio de Janeiro foi o nível de escolaridade. Como o nosso principal interesse é analisar o perfil dos trabalhadores estrangeiros inseridos no mercado de trabalho formal, selecionamos apenas a população economicamente ativa, ou seja, imigrantes estrangeiros com 10 anos ou mais de idade que estavam trabalhando ou procurando trabalho na data de referência. Os resultados encontram-se descritos no gráfico 5.

Gráfico 5. RIO DE JANEIRO: Nível de escolaridade dos imigrantes estrangeiros recentes economicamente ativos, segundo mesorregião (2001-2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Do ponto de vista educacional, o Centro Fluminense é a região que abriga os imigrantes internacionais recentes com menor qualificação. Somente o grupo dos indivíduos sem instrução e fundamental incompleto correspondia a 57% do total de imigrantes recentes da região. Como destacado por Corrêa (2018), a atividade econômica do Centro Fluminense é voltada à

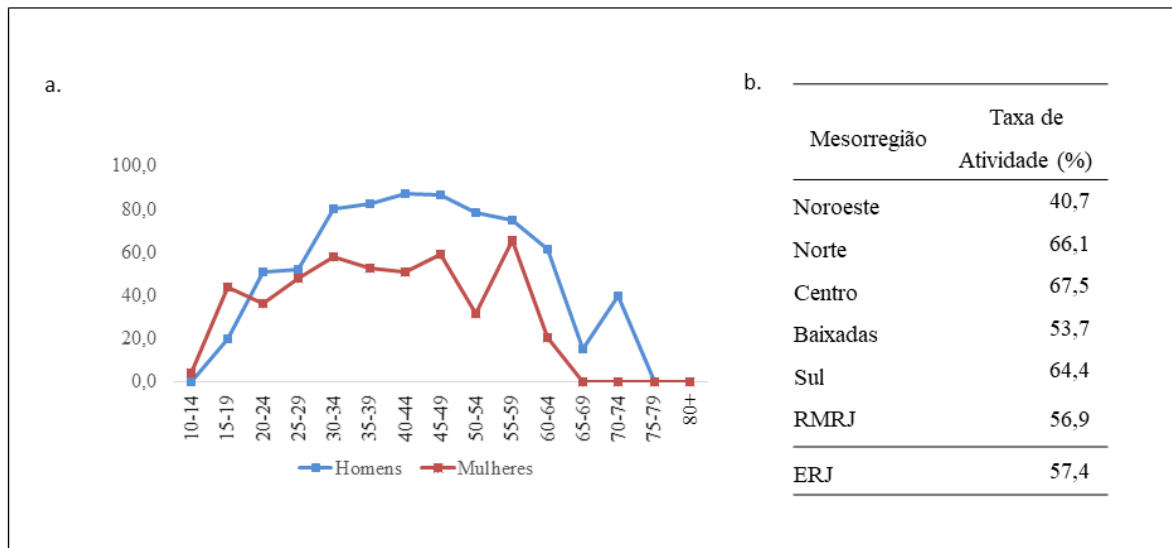
agropecuária, sobretudo ao cultivo do café e à criação de gado leiteiro e de corte. Tratam-se de atividades com baixa mecanização e modernização tecnológica na região – o que explica, em partes, a baixa qualificação profissional constatada entre o grupo dos estrangeiros recentes que se dirigiram para a mesorregião aqui analisada.

O Norte Fluminense, por outro lado, foi a região que registrou o maior percentual dos profissionais com alto nível de qualificação, que correspondeu a 57,4% dos imigrantes internacionais recentes. Acreditamos que o setor de petróleo e gás, caracterizado por exercer atividades de grande complexidade tecnológica, desempenhou um papel de qualificação dos fluxos migratórios internacionais em direção à região por empregar uma ampla e variada base de conhecimento em seus processos produtivos. Na RMRJ os imigrantes com ensino superior completo corresponderam a 49,9% dos imigrantes internacionais recentes da região.

No que diz respeito às variáveis econômicas, observamos que 7.055 (57,4%) imigrantes recentes faziam parte da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, imigrantes com idade superior a 10 anos empregados ou que tomaram alguma providência para conseguir trabalho no período censitário. A taxa de atividade – dada pelo quociente entre as pessoas economicamente ativas em relação à população com 10 ou mais anos de idade – dos homens (66,8%) apresentou-se significativamente superior à das mulheres (43%), como demonstrado na figura 4.a. Em parte, isso reflete a seletividade por sexo, característica do mercado de trabalho brasileiro, mas sugere que grande número de mulheres estrangeiras realizaram a migração internacional para acompanhar o marido, o que nos remete a Lee (1966) e nos leva a afirmar que nem toda migração é voluntária – a pessoa não decide, mas acompanha seu companheiro; mesmo assim, ainda é considerada migrante. Vale a pena sublinhar que o único grupo etário em que as mulheres ultrapassam a taxa de atividade masculina é aquele com idade compreendida entre 15 e 19 anos, o que precisa ser melhor explorado.

Quando desagregamos essa informação por mesorregiões, apenas no Noroeste Fluminense a taxa de atividade dos imigrantes estrangeiros é inferior a 50% (figura 4.b). Por outro lado, são o Centro, Norte e as Baixadas que registram as maiores taxas de atividade: 67,5%, 66,1% e 64,4% respectivamente.

Figura 4. RIO DE JANEIRO – Taxas de atividade dos imigrantes internacionais recentes, segundo sexo, grupo etário e mesorregião (2001-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 2010.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a força de trabalho estrangeira recém-chegada ao Brasil, residente no Estado do Rio de Janeiro, está inserida, em maior escala, nos seguintes grupos ocupacionais: i) profissionais das ciências e intelectuais; ii) diretores e gerentes e; iii) serviços e vendas (tabela 6). Somente no grupo ocupacional de profissionais das ciências e intelectuais estão inseridos 36,4% dos trabalhadores que atuam, principalmente, como professores de instituições de ensino superior, fundamental, engenheiros civis e também como educadores vinculados a centros de idiomas.

No caso do grupo dos diretores e dirigentes, que corresponde a 18,1% do total, quem predomina são os homens. 22,2% ou 1.054 indivíduos do sexo masculino se distribuem subgrupos ocupacionais diferenciados, assumindo principalmente cargos de direção de vendas e comercialização, administração de serviços e trabalhando também como comerciantes de lojas. Em linhas gerais, o que se observa é uma diferença no perfil ocupacional entre homens e mulheres, refletindo, em parte a menor escolaridade feminina (considerando-se as mulheres

imigrantes internacionais recentes) comparativamente à masculina e, como já dito, à seletividade por sexo do próprio mercado de trabalho fluminense.

Tabela 6. RIO DE JANEIRO – grupo de ocupação principal dos imigrantes internacionais da década, segundo sexo (2001-2010)

GRUPO DE OCUPAÇÃO PRINCIPAL	(%) Imigrantes Internacionais		
	Homens	Mulheres	Total
Diretores e Gerentes	22,2	8,0	18,1
Profissionais das ciências e Intelectuais	36,5	35,9	36,4
Técnicos e profissionais de nível médio	8,5	8,5	8,5
Trabalhadores de apoio administrativo	2,0	6,7	3,4
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	10,5	21,1	13,6
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	0,3	0,5	0,3
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	3,5	0,6	2,7
Operadores de instalações e máquinas e montadores	1,6	-	1,1
Ocupações elementares	2,4	5,2	3,2
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	1,2	-	0,8
Ocupações mal definidas	11,2	13,4	11,8
Total (número absoluto de imigrantes)	4.751	1.963	6.714

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os imigrantes estrangeiros do sexo masculino constituem mais de 70% da força de trabalho ocupada. Em relação à posição na ocupação e categoria do emprego, 45,2% dos trabalhadores estrangeiros está inserida em empregos com carteira de trabalho assinada (tabela 7). Todos os trabalhadores do Noroeste do estado estão inseridos nessa categoria. O Norte Fluminense também se destaca pelo grande percentual de profissionais estrangeiros com carteira assinada, correspondendo a 88,8% da força de trabalho estrangeira da região.

Também se destacam os imigrantes que trabalham por conta própria no Centro e Sul Fluminense, correspondendo a, respectivamente, 44,4% e 35,4% da mão de obra estrangeira ocupada. No âmbito dos trabalhadores estrangeiros sem carteira de trabalho assinada, o percentual de trabalhadores informais foi mais expressivo na Baixadas Litorâneas e no Sul do estado, correspondendo a 26% e 25,3% respectivamente.

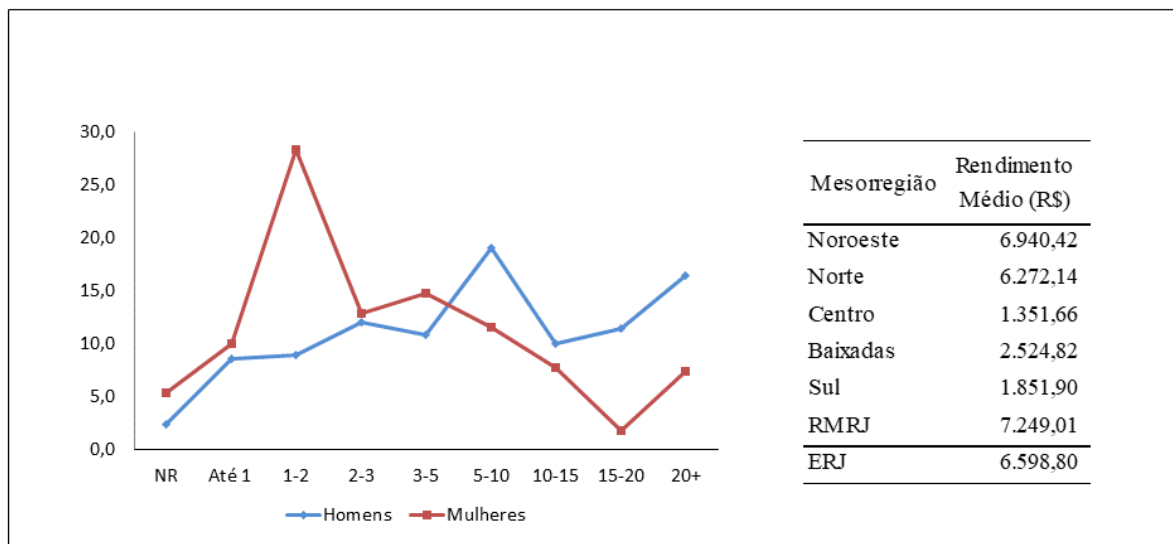
Tabela 7. RIO DE JANEIRO – Posição na ocupação e categoria do emprego do imigrante internacional recente, segundo mesorregião (2001-2010)

Posição na Ocupação	Mesorregião Fluminense					
	Noroeste	Norte	Centro	Baixadas	Sul	RMRJ
Empregados com carteira de trabalho assinada	100,0	88,8	48,1	30,5	19,7	45,6
Militares e funcionários públicos estatutários	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	3,0
Empregados sem carteira de trabalho assinada	0,0	0,0	0,0	26,0	25,2	21,7
Conta própria	0,0	11,2	44,4	22,9	35,4	24,7
Empregadores	0,0	0,0	7,4	16,5	10,8	3,4
Não remunerados	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	1,5
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,0	0,0	0,0	4,1	0,0	0,1
Absoluto	11	268	54	442	314	5.625

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

No que diz respeito aos rendimentos na ocupação principal exercida pelo imigrante estrangeiro, observa-se os homens estrangeiros recentes, além de possuírem uma escolaridade média superior à feminina, também auferem maiores rendimentos (figura 5a). Se por um lado, os homens obtiveram um rendimento médio na ordem de R\$ 7.743,72 em 2010, por outro, as mulheres recebiam, em média, R\$ 3.828,48 – 49,44% menos que os homens estrangeiros.

Figura 5. RIO DE JANEIRO – Rendimento da ocupação principal do imigrante internacional recente, segundo sexo e mesorregião (2001-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de Censo Demográfico de 2010.

A mesorregião que demonstrou maior rendimento médio de seus imigrantes estrangeiros foi a RMRJ – R\$ 7.249,01 (figura 5b). Em seguida, encontram-se o Noroeste e o Norte

Fluminense, com rendimentos médios na ordem de, respectivamente, R\$6.940,42 e R\$ 6.272,14. O Centro, que se destacou pelo percentual de imigrantes estrangeiros com baixa ou nenhuma qualificação, também é a região com menor rendimento médio do estado do Rio de Janeiro (R\$1.351,66), recebendo 81,35% menos que os estrangeiros residentes na RMRJ em 2010.

A desigualdade de gênero constatada nesse capítulo demonstra que os homens situam-se em posições mais vantajosas que as mulheres imigrantes no mercado de trabalho no âmbito educacional, ocupacional e salarial. Ainda há perguntas que permeiam a discussão trazida até o momento. Seriam esses diferenciais uma reprodução da desigualdade de gênero no próprio mercado de trabalho do Rio de Janeiro ou trata-se de uma desigualdade que já é demarcada no país de origem desses imigrantes, que apenas se reproduzem no mercado de trabalho fluminense? São questões que carecem de investigações mais aprofundadas em trabalhos posteriores.

4 TENDÊNCIAS RECENTES DA MOBILIDADE INTERNACIONAL NO RIO DE JANEIRO

Este capítulo analisa a influência do setor de petróleo e gás na seletividade do perfil do imigrante internacional recente. O primeiro tópico traz uma breve discussão sobre a presença dos profissionais estrangeiros altamente qualificados no setor de petróleo e gás. Em seguida, analisa-se o caso específico do município de Macaé, de modo a averiguar o perfil do imigrante internacional recente com residência fixa no município e se existe, de fato, fundamentação empírica que comprove uma relação entre a presença do imigrante estrangeiro e sua atuação no setor de petróleo e gás.

4.1 Imigração qualificada: o setor do petróleo na Bacia de Campos/RJ

O processo de reestruturação do estado do Rio de Janeiro imprime uma nova configuração no mercado de trabalho fluminense e aos fluxos migratórios internacionais nos anos iniciais do século XXI. Nesse contexto, o setor do petróleo, como demonstrado no capítulo anterior, corrobora com a assertiva de que os municípios que abrigam as materialidades do circuito espacial de produção do petróleo são transformados e conseqüentemente transformam, em certa medida, a região que estão inseridos (SILVA, 2017).

A Economia do Petróleo, cuja dinâmica está ligada às instalações e infraestruturas que servem à extração de petróleo e ao seu apoio, tem uma imensa capacidade de arrasto e enorme poder de alterar a dinâmica regional, seja no âmbito econômico ou social (PESSANHA; OLIVEIRA, 2018). Desse modo, os espaços onde os circuitos produtivos do petróleo se desenvolvem trazem consigo transformações que vão desde as dinâmicas relacionadas aos fluxos de pessoas (pendulares ou migrantes) ao adensamento populacional nesses espaços.

Um levantamento realizado pela BBC Brasil em 2013, com a Coordenação Geral de Imigração (CGIg), que faz parte do Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), demonstra, em linhas gerais, que a expansão do setor petrolífero tem acarretado em uma ampliação de profissionais estrangeiros altamente qualificados para trabalharem no setor, incluindo-se o Rio de Janeiro. Segundo o MTE, o setor de petróleo e gás lidera a emissão de vistos para estrangeiros no país, correspondendo a 25% das permissões de trabalho temporárias e permanentes no período (BBC, 2013).

Embora a Petrobrás lidere a demanda por profissionais estrangeiros da área petrolífera, a empresa não contrata diretamente estes profissionais (BBC, 2013). Isso porque a legislação brasileira que rege a estatal não permite a participação de estrangeiros nos processos seletivos públicos da empresa. Somente brasileiros ou de nacionalidade portuguesa que tenham adquirido o direito de morar e viver no país participam dos concursos (Ibid., 2013).

Desse modo, a inserção dos imigrantes internacionais no circuito espacial de produção do petróleo no Rio de Janeiro, assim como em outras localidades, se dá pelas vias da terceirização da contratação desses profissionais, que trabalham para empresas brasileiras ou estrangeiras prestadoras de serviço inseridas no ramo. Como também destacado pela BBC Brasil (2013), os profissionais contratados por essas multinacionais contribuem para o desenvolvimento de tecnologia para exploração petrolífera em parceria com a Petrobrás.

Ao pesquisar imigração internacional qualificada e sua relação com o setor petrolífero, existe o fato, a princípio não evidente, de que a flexibilização e precarização do trabalho também atinge esse grupo de trabalhadores estrangeiros altamente qualificados do setor em questão (FIN, 2017). O trabalho no setor petrolífero, em especial o *offshore*, possui algumas especificidades e uma delas é a necessidade de contratos mais flexíveis em virtude da natureza e dos processos de produção contínua empregados nessa modalidade. As escalas de embarque aplicadas aos trabalhadores podem ser de 14x14 (14 dias embarcado e 14 dias de folga), também podendo variar, segundo a empresa contratante, em intervalos de 21x21 ou 28x28. Há também o período de sobreaviso, onde o empregado que possui ensino superior completo permanece à disposição da empresa por um período de 24h para prestação de assistência às necessidades de operação.

Nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos/RJ (Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Campos dos Goytacazes Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra) os imigrantes internacionais recentes não têm sua inserção no mercado de trabalho restrita ao setor de petróleo, entretanto as indústrias petrolíferas e parapetrolíferas têm exercido considerável influência na seletividade do perfil dos imigrantes estrangeiros que fixaram residência nessas espacialidades.

Tratam-se de municípios com elevado crescimento populacional desde os anos 1980, que posicionam as Baixadas Litorâneas e o Norte Fluminense como principal frente de expansão do estado do Rio de Janeiro, atraindo mão de obra exógena (trabalhadores imigrantes residentes em determinado município e os trabalhadores pendulares) a nível regional, nacional

e internacional (SOUZA; FRUTUOZO, 2018). A atratividade dessas espacialidades, embora também esteja relacionada às possibilidades de emprego no setor de turismo e às transferências de moradia de residentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para alguns municípios da região, relaciona-se às possibilidades de emprego nas indústrias inseridas no setor do petróleo e gás (SOUZA; PASSARELLI-ARAUJO; VASCONCELOS JÚNIOR, 2019).

Ao analisar as tendências recentes da mobilidade internacional no Rio de Janeiro, torna-se imperativo investigar com maiores detalhamentos os espaços que se destacaram como principais rotas de destino dos imigrantes estrangeiros na primeira década do século XXI. Apesar das Baixadas Litorâneas e o Sul Fluminense terem demonstrado uma participação relativa de estrangeiros recentes na composição do estoque de imigrantes, foi o Norte Fluminense que de fato se destacou como mesorregião em que as migrações internacionais recentes apresentam maior participação relativa no estoque de imigrantes (tabela 5).

No Norte Fluminense, a atratividade migratória concentra-se majoritariamente em Macaé, município fora da RMRJ que mais atraiu imigrantes estrangeiros nesse período. Trata-se de um município que ocupa o posto de centralidade regional, por motivo de trabalho e estudo, em virtude da dinâmica migratória que extrapola seus limites territoriais e que o coloca como carro condutor no que diz respeito à integração regional do litoral norte fluminense (SOUZA; PASSARELLI-ARAUJO; JÚNIOR, 2019). Portanto, entende-se que a compreensão da inserção do imigrante internacional no circuito espacial de produção do petróleo, a partir dos motivos previamente elucidados nesse trabalho, exige uma análise específica deste município.

4.2 Imigrantes internacionais em Macaé

O estudo da dinâmica imigratória de estrangeiros no município de Macaé baseia-se em três informações preliminares: (i) importância relativa a nível estadual dos fluxos imigratórios para o município; (ii) dinâmica do mercado de trabalho macaense; e (iii) a infraestrutura logística de Macaé, que o coloca como centro de apoio à exploração do petróleo.

No primeiro quesito, Macaé se insere como lugar que abriga as maiores chegadas, excluindo-se os municípios da RMRJ de Niterói e São Gonçalo, que são beneficiados pelo “extravasamento” do poder de atratividade e rotatividade migratória da capital do estado, lugar que condensa os fluxos migratórios e que abriga os escritórios das empresas de construção naval, transporte aéreo *offshore*, escritórios das grandes corporações transnacionais, a principal

sede da Petrobrás, assim como instituições públicas e privadas de financiamento (SILVA, 2015).

Em segundo lugar, como brevemente discutido na seção anterior, Macaé apresenta uma dinâmica em seu mercado de trabalho favorável à chegada de trabalhadores oriundos de outros países. O motivo é a ausência de profissionais a nível regional e nacional, em número suficiente, que possuam qualificação técnica necessária para operar em atividades sofisticadas que empregam um elevado nível de conhecimento tecnológico (SOUZA; TERRA, 2017).

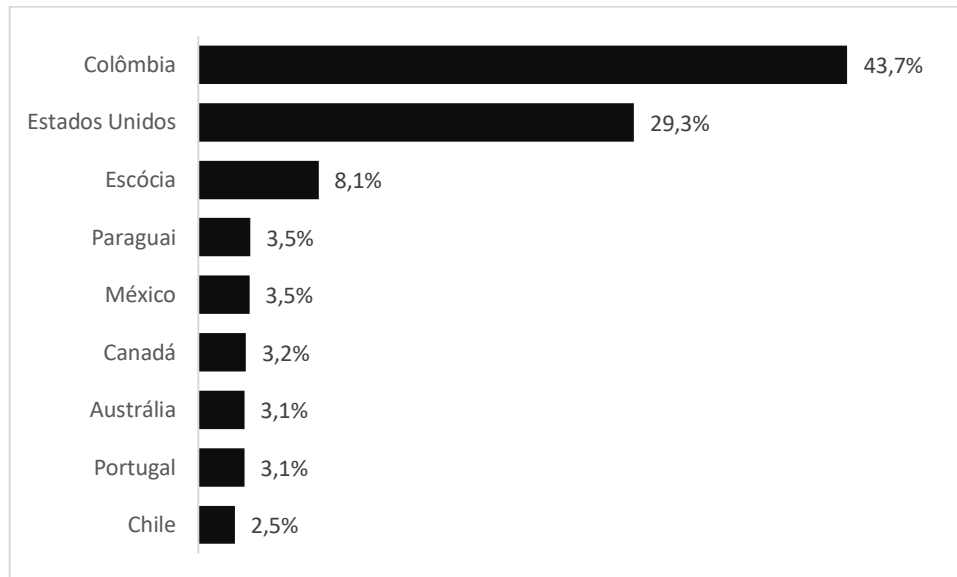
No que diz respeito à infraestrutura logística, além de abrigar a base de operações da Petrobrás, Silva (2015, p.4779) destaca que “o município abriga o principal aeroporto de embarque e desembarque de profissionais do setor petrolífero (maior número de voos de helicópteros da América Latina) e barcos de apoio às operações no Porto de Imbetiba”. Ao passo que o município passou ser o *locus* de grandes corporações transnacionais do setor do petróleo, tal fato acarretou em uma alteração da centralidade intraurbana do município do Rio de Janeiro (SILVA, 2015). A autora ressalta que as cidades se especializaram:

Macaé tonou-se um nó da extração; Niterói é o centro da indústria naval e a cidade do Rio de Janeiro comanda o círculo de cooperação (escala Nacional), pois é de onde partem as ordens para o funcionamento da produção e onde se concentram os centros de pesquisa do circuito espacial de produção do petróleo no Brasil como as universidades, centros de pesquisa públicos e privados (SILVA, 2015, p. 4781).

Esses fatores ocasionaram um deslanchar de transformações socioeconômicas e demográficas no município no início do século XXI. No âmbito das migrações internacionais, Macaé recebeu em seu território um considerável percentual de trabalhadores estrangeiros oriundos de países do continente americano, sobretudo da Colômbia (gráfico 6). Estamos falando de um fluxo imigratório de colombianos com elevado grau de qualificação (86% da PEA com ensino superior completo) que provêm de um país inserido no ramo petrolífero.

O grande percentual de trabalhadores Colombianos identificados no Censo Demográfico de 2010 não tem sua explicação restrita à mera coincidência do ramo de produção desses territórios, mas encontra-se ancorada a outro importante fator. A Petrobrás também atua diretamente no país através de sua subsidiária “Petrobrás Colômbia” que opera nos principais poços de exploração do país. Os imigrantes estrangeiros colombianos dirigiram-se apenas para dois municípios do estado: Rio de Janeiro (81,5%) e Macaé (18,5%). O município de Macaé recebeu basicamente engenheiros químicos (29,4%) no período de tempo analisado.

Gráfico 6. MACAÉ - País de residência anterior dos imigrantes internacionais recentes (2001-2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os Estados Unidos também apresentam uma considerável participação relativa entre os imigrantes estrangeiros que se dirigiram para Macaé (29,3%). Estes profissionais, que portam majoritariamente diploma de ensino superior completo, estão inseridos no grupo ocupacional dos trabalhadores qualificados e operários da indústria e do artesanato (37,9%). O restante dos profissionais estadunidenses, embora tenham majoritariamente ensino superior completo, foram incluídos no grupo de “ocupações mal definidas”.

No que diz respeito ao perfil do imigrante estrangeiro que fixou residência em Macaé, os dados do Censo Demográfico apontam que esses indivíduos possuem, de modo geral, as características descritas na tabela 8. A idade média dos imigrantes internacionais é de 32 anos para os homens e 23 anos para as mulheres, que indica que os imigrantes do sexo masculino são, em média, mais velhos que as imigrantes. Em ambos os sexos, tratam-se de pessoas autodeclaradas brancas e majoritariamente casadas (71,8%).

Esse alto percentual de pessoas casadas não nos indica diretamente que se trata de uma migração familiar, uma vez que o marido ou a esposa podem ainda continuar residindo em seu país de origem, mas podem significar dois diferentes cenários: i) os que migram com a família tendem a permanecer por mais tempo em Macaé ao passo que aqueles que migram sem seu cônjuge tendem a regressar ao seu país de origem mais cedo. Isso porque os imigrantes casados

que fixaram residência em Macaé podem ter tido a liberdade de decidir realizar a migração sozinhos, mas ter liberdade não pressupõe ter alternativa. Se a mudança para outro país for a única alternativa que os imigrantes possuem para garantir a sobrevivência de seu núcleo familiar, assim eles farão – mesmo tendo a liberdade de escolher permanecer ao lado da família. Como ressaltado por Findlay (1990), a circulação de profissionais entre empresas transnacionais com sedes em diferentes países é cada vez mais recorrente, portanto, assim também serão recorrentes os *tradeoffs* que os imigrantes enfrentarão no decorrer dos anos.

No que diz respeito à escolaridade do imigrante estrangeiro residente em Macaé, como elencado até o momento, tratam-se de indivíduos com nível superior completo, abrangendo tanto os homens como as mulheres, apesar do nível de instrução da população estrangeira do sexo feminino ser ligeiramente inferior à média masculina.

O rendimento médio dos imigrantes internacionais residentes em Macaé demonstrou a tendência observada já em momentos anteriores de que os homens auferem maiores rendimentos que as mulheres. No entanto, no município em questão, a diferença salarial média é de R\$ 254,58, valor bem abaixo da diferença observada no contexto estadual.

Tabela 8. MACAÉ - Perfil do imigrante internacional recente, segundo sexo (2001-2010)

Variáveis	Medida de Posição	Sexo	
		Homens	Mulheres
Idade (anos)	Média	32	23
Cor ou raça	Moda	Branca	Branca
Estado civil	Moda	Casado	Casada
Escolaridade	Moda	Superior completo	Superior completo
Rendimento (R\$)	Média	7204,01	6949,43

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 para coleta de informações sobre a ocupação e setor de atividade dos imigrantes internacionais, assim como em casos anteriores abordados no trabalho demonstram um considerável nível de imprecisão no que diz respeito à qualidade da informação do registro de ocupação e atividade dos imigrantes estrangeiros em Macaé. De certo modo, essa imprecisão afetou os resultados encontrados. No procedimento de classificação dos grupos ocupacionais, pôde-se notar que 43,1% dos imigrantes estrangeiros foram classificados na categoria “Ocupações mal definidas”, dentre os quais a maioria é do

sexo masculino (tabela 9). Resultados como esse refletem casos com informações genéricas sobre a ocupação que impediram a sua correta classificação na categoria ocupacional.

Apesar da imprecisão das informações dessa variável em questão, destaca-se a participação relativa dos homens no grupo “profissionais das ciências e intelectuais”, como demonstrado na tabela 9. Tratam-se majoritariamente de engenheiros químicos. Destacam-se também os trabalhadores qualificados, o grupo de profissionais e gerentes e os demais trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados. No caso das mulheres estrangeiras, destacam-se os grupos ocupacionais dos diretores e gerentes, especificamente a diretoria de gestão de Recursos Humanos.

No âmbito do setor de atividade, as mulheres concentram-se majoritariamente no setor de indústrias extrativas (66,7%), onde desempenham suas funções na área de extração de petróleo e gás natural e nas atividades de apoio à extração de minerais – ambas atividades diretamente ligadas ao ramo petrolífero. No caso da população masculina de estrangeiros, apesar do elevado percentual de atividades mal definidas, o setor de atividade que mais se destaca também é o das indústrias extrativas (25,5%), nas mesmas áreas descritas para a população feminina (extração de petróleo e gás natural e atividades de apoio à extração). Também se destacam as atividades voltadas ao transporte aquaviário, atividade inserida no setor de “Transporte, Armazenamento e Correio” (9,8%), além dos serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; testes e análises técnicas, da categoria “Atividades profissionais, científicas e técnicas”.

Tabela 9. MACAÉ - Grupo de ocupação e setor de atividade dos imigrantes internacionais recentes (2001-2010)

Ocupação e Atividade	Sexo (%)		Total
	Homens	Mulheres	
GRUPO OCUPACIONAL			
Ocupações mal definidas	44,8	33,3	43,1
Diretores e Gerentes	9,7	33,3	13,3
Profissionais das ciências e Intelectuais	19,5	-	16,6
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	7,1	33,3	11,0
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	13,0	-	11,0
Operadores de instalações e máquinas e montadores	5,8	-	5,0
Total (absoluto)	154	27	181
SETOR DE ATIVIDADE			
Indústrias extrativas	25,5	66,7	31,7
Transporte, Armazenagem e Correio	9,8	-	8,3
Alojamento e Alimentação	7,2	-	6,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7,8	-	6,7
Educação	6,5	-	5,6
Outras atividades de serviços	-	33,3	5,0
Atividades mal definidas	43,1	-	36,7
Total (absoluto)	153	27	180

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

De modo geral, observa-se empiricamente a influência exercida pelo setor do petróleo na seletividade do perfil do imigrante estrangeiro que se dirigiu para Macaé nos idos do século XXI. A inserção desse imigrante no circuito espacial do petróleo em Macaé a partir de atividades vinculadas às grandes empresas, seja por contratação direta ou terceirização, reafirma o município como centralidade migratória entre os municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos/RJ, mas também evoca a necessidade de estudos mais apurados sobre o impacto das migrações internacionais com destino a Macaé entre os demais municípios do litoral norte fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consecução desta monografia foi motivada pelo intento de analisar as migrações internacionais contemporâneas no estado do Rio de Janeiro e a inserção dos imigrantes estrangeiros no mercado de trabalho à luz de duas perspectivas analíticas: as pessoas e os lugares. A principal fonte de aquisição de dados foi o Censo Demográfico de 2010, que nos permitiu extrair informações que pudessem subsidiar as investigações sobre as características individuais dos imigrantes e como cada mesorregião do Rio de Janeiro contribuiu no total de imigrantes internacionais que fixaram residência no estado, na primeira década do século XXI.

O painel teórico elucidado no primeiro capítulo demonstra que os indivíduos se movem em buscas de novas oportunidades de vida, seja no âmbito econômico ou social. O motivo econômico, relacionado a novas possibilidades de emprego é um dos principais determinantes dos movimentos migratórios, mas não o único. Ignorar os fatores sociais, psicológicos, religiosos ou de qualquer outra natureza é incorrer em uma limitação analítica ao estudo das migrações internacionais.

O capítulo dois buscou recuperar a trajetória das migrações internacionais no Brasil, mostrando as transformações ocorridas entre os imigrantes e sua inserção no mercado de trabalho brasileiro no transcorrer dos séculos. Apesar da diminuta participação da população estrangeira em comparação à população total, este grupo exerceu um papel fundamental na formação econômica e social brasileira. No que diz respeito ao fluxo migratório internacional, o Estado do Rio de Janeiro e São Paulo ocuparam (e ainda ocupam) uma posição de relativo destaque no contexto nacional.

No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, as migrações internacionais nos idos do século XXI passam imprimir novos significados e condições migratórias diferenciadas em relação aos períodos anteriores. Embora a intensidade e magnitude dos fluxos migratórios se manifestem de maneiras diferentes, os imigrantes internacionais estão distribuídos em todas as grandes regiões fluminenses, mas se concentram majoritariamente na RMRJ.

A análise do perfil dos imigrantes e sua inserção no mercado de trabalho revela uma heterogeneidade em relação às nacionalidades e uma seletividade da força de trabalho estrangeira. Se por um lado a RMRJ se isola como principal destino de imigrantes, é no Norte Fluminense que imigrações da década têm um maior protagonismo em termos percentuais,

sobretudo no município de Macaé, sede de operações de uma gama de indústrias petrolíferas e parapetrolíferas que atuam na Bacia de Campos.

Em linhas gerais, pode-se constatar que o Rio de Janeiro atraiu na última década imigrantes majoritariamente do sexo masculino, com elevado grau de escolaridade e rendimento, ocupando cargos de liderança e setores que exigem profissionais qualificados para assumirem os postos de trabalho ofertados pelas empresas. Por outro lado, a participação das mulheres no mercado de trabalho com menores rendimentos e menor escolaridade reforça o destaque dado à seletividade no mercado de trabalho fluminense, principalmente em relação ao sexo.

A análise do perfil do imigrante internacional em Macaé mostra que o “município-centro” do circuito espacial do petróleo na Bacia de Campos/RJ atraiu, em linhas gerais, colombianos de 28,4 anos de idade, brancos, casados, com elevado grau de escolaridade e com rendimento médio de R\$ 7.164,89, atuando em atividades direta e indiretamente relacionadas ao ramo do petróleo. Portanto, acreditamos que o setor petrolífero, caracterizado por exercer atividades de grande complexidade tecnológica, tem desempenhado um papel de qualificação dos fluxos migratórios internacionais em direção ao estado por empregar uma ampla e variada base de conhecimento em seus processos produtivos.

Em virtude da crise econômica que assolou o Rio de Janeiro nos últimos anos é provável que o cenário aqui retratado tenha sofrido alterações no que diz respeito ao volume dos fluxos internacionais para o estado, às origens e às características socioeconômicas dos imigrantes. No entanto, tal assertiva só poderá ser confirmada ou refutada a partir de dados do Censo Demográfico de 2020.

O fato é que as migrações internacionais desempenham um papel estratégico no mercado de trabalho fluminense, que tem se tornado cada vez mais globalizado e internacionalizado. O perfil do imigrante estrangeiro recente revela que não se trata mais daquele trabalhador que vinha apenas para as lavouras e para a construção civil. É mão de obra qualificada que vem para assumir postos de trabalho nos diversos setores de atividade da economia fluminense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, E. F.; FUSCO, W. Shaping Brazil: The Role of International Migration. **Migration Policy Institute**, n. June, 2005.
- AZEVEDO, S.; LOBO, Y. O processo de fusão e o novo Estado do Rio de Janeiro: a questão institucional. In: RIBEIRO, L. C. DE Q. (Ed.). . **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 45–78.
- BBC. **Indústria do petróleo leva 50 mil estrangeiros ao Brasil em três anos**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130416_imigracao_petroleo>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto e Vírgula -PUC-SP**, n. 18, p. 126–145, 2015.
- BORJAS, G. J. Economic Assimilation: trouble ahead. In: JACOBY, T. (Ed.). . **Reinventing the Melting Pot: The New Immigrants and what it Means to be American**. 2. ed. Michigan: Basic Books, 2004. p. 198–210.
- BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (Ed.). . **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil contemporâneo**. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.
- BRITO, F. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21, n. 1, p. 5–20, 2004.
- BRITO, F. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. **Texto para discussão, 426. CEDEPLAR**, p. 1–25, 2011.
- BRYAN, R. The interrelation of City and Provinces in Peru and Guatemala. **Latin American Urban Research**, v. 4, p. 207–235, 1974.
- CARVALHO, J. A. M. DE. Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX: algumas facetas de um processo complexo amplamente desconhecido. In: **Migrações Internacionais e a Previdência Social**. 25. ed. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006. p. 11–33.
- CAVALCANTI, L. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. In: CAVALCANTI, L.; TONHATI, T.; OLIVEIRA, A. T. (Eds.). . **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2015. p. 35–47.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho Brasileiro**. Especial ed. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2015.
- CHISWICK, B. R.; LEE, Y. L.; MILLER, P. W. Longitudinal Analysis of immigrant occupational Mobility: A test of the Immigrants Assimilations Hypothesis. **Discussion Paper. Department of Economics**, p. 1–31, 2002.

CORRÊA, M. J. B. **O Centro Fluminense: uma paisagem agreste**. Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/o-centro-fluminense-uma-paisagem-agreste>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

FIN, M. B. **Imigração qualificada: o setor do petróleo no Brasil**. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2017.

FINDLAY, A. A Migration Channels Approach to the Study of High Level Manpower Movements: A Theoretical Perspective. **International migration (Geneva, Switzerland)**, v. 28, p. 15–23, 1990.

FREYRE, G. O colonizador português: antecedentes e predisposições. In: **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. p. 264–365.

GLAZER, N. Assimilation today: is one identity enough? In: JACOBY, T. (Ed.). . **Reinventing the Melting Pot: The New Immigrants and what it Means to be American**. 2. ed. Michigan: Basic Books, 2004. p. 61–74.

GRAHAM, D. H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão de obra no crescimento econômico brasileiro - 1880-1930. **Estudos Econômicos**, v. 3, n. 1, p. 7–64, 1973.

HARGUINDEGUY, J. Migração de Argentinos para o Brasil: o caso de Armação Dos Búzios/RJ. **Caminhos da Geografia**, p. 82–87, 2007.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis. **American Economic Review**, v. 60, n. 1, p. 126–142, 1970.

HOFFMANN, H. **Desemprego e subemprego no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977. v. 24

HOLANDA, S. B. DE. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**, 2010.

KOSER, K. Introduction: International Migration and Global Governance. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 16, n. 3, p. 301–315, 2010.

LEE, E. S. A Theory of Migration. **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47–57, 1966.

LEVY, M. S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saude Pública**, v. 8, p. 49–90, 1974.

LIMA, E. E. C. DE; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração : uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 57–75, 2013.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n. 1, p. 217–272, 1980.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. Migrações Internacionais contemporâneas. 2010.

- MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o Sistema-Mundo: uma teoria ainda atual? **Revista-red de estudios sociales**, v. V, p. 95–108, 2015.
- MASSEY, D. S. et al. **Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico**. 1. ed. New York: University of California Press, 1990.
- MASSEY, D. S. et al. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431–446, 1993.
- MASSEY, D. S. et al. **Worlds in Motion: understanding International Migration at the End of the Millennium**. 1. ed. United Kingdom: Claredon Press, 1998.
- NOLASCO, C. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, v. 434, p. 1–29, 2016.
- OLIVEIRA, A. T. Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. **REMHU : Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 195–210, 2013.
- OLIVEIRA, A. T. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Eds.). . **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Especial ed. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2015. p. 48–73.
- OLIVEIRA, A. T. R. Tendências recentes da mobilidade espacial da população no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 27, n. 1, p. 89–113, 2010.
- PATARRA, N. L. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, n. 7, p. 44, 2003.
- PATARRA, N. L. Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23–33, 2005.
- PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração? **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, v. 24, p. 65–97, 2011.
- PESSANHA, R. M.; OLIVEIRA, F. J. G. DE. Os circuitos espaciais de produção do petróleo no RJ E SP: formação e integração da megaregião Rio-SP. **Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos**, p. 1113–1130, 2018.
- PIORE, M. J. **Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- PORTES, A. **The Economic Sociology of Immigration: essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship** New York Russell Sage Foundation, , 1995.
- PORTES, A. For the Second Generation, One Step at a Time. In: JACOBY, T. (Ed.). . **Reinventing the Melting Pot: The New Immigrants and what it Means to be American**. 2. ed. Michigan: Basic Books, 2004. p. 154–165.
- RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167–235, 1885.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALES, T. Novos fluxos migratórios da população brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 8, p. 21–32, 1991.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. DE O. Teorias das Migrações Internacionais. **XII Encontro Nacional da ABEP**, p. 1–19, 2000.

SILVA, S. C. DA. Globalização e o Circuito Espacial de Produção Petrolífero: As Cidades da Informação e as Cidades da Extração. **XI Encontro Nacional da Anpege**, p. 4774–4785, 2015.

SILVA, S. C. DA. O circuito espacial de produção do petróleo: rede urbana e escalas de poder. **XVII ENANPUR**, p. 13, 2017.

SINGER, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 36, n. 3, p. 547–593, 1974.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration'. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, p. 80–93, 1962.

SKERRY, P. “This was our RIOT, too”: the political assimilation of today’s immigrants. In: JACOBY, T. (Ed.). **Reinventing the Melting Pot: The New Immigrants and what it Means to be American**. 2. ed. Michigan: Basic Books, 2004. p. 219–232.

SOARES, W. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2002a.

SOARES, W. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. **XIII Encontro da Associação Brasileira de ...**, p. 1–27, 2002b.

SOARES, W.; LOBO, C.; MATOS, R. Mobilidade Espacial Dos Imigrantes Estrangeiros No Brasil - 1991/2010. **REMHU : Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, n. 44, p. 191–205, 2015.

SOUZA, J. DE; FRUTUOZO, J. V. DE P. Rio de Janeiro: considerações sobre os processos de expansão urbana e interiorização do crescimento (1980-2010). **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 1, p. 124–139, 2018.

SOUZA, J. DE; PASSARELLI-ARAÚJO, H.; JÚNIOR, A. F. DA S. V. Macaé: uma cidade em movimento. In: SILVA, S. R. DE A. E; CARVALHO, M. R. DE (Eds.). **Macaé, do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica**. 1. ed. Macaé-RJ: Observatório da cidade de Macaé, 2019. p. 64–80.

SOUZA, J. DE; TERRA, D. C. T. Rio de Janeiro: rumo a uma nova região metropolitana? **Cadernos Metr pole**, v. 19, n. 40, p. pp.817-840, 2017.

SOUZA, M. C. C. DE. Mercado de trabalho: abordagens duais. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 18, n. 1, p. 59–69, 1978.

STARK, O.; BLOOM, D. E. The New Economics of Labor Migration. **The American**

Economic Review, v. 75, n. 2, p. 173–178, 1985.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, L. (Ed.). . **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005. p. 91–126.

TODARO, M. P. A Model for Labor Migration an Urban Unemployment in Less Developed Countries. **The American Economic Review**, v. 59, n. 1, p. 138–148, 1969.

UNITED NATIONS. **Manual VI: methods of measuring internal migration**. 6. ed. New York: Department of Economic and Social Affairs, 1970.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World System, Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1974.